

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LUIZA MARIANA DE SOUSA

**APOSENTADORIA E TRABALHO DOCENTE: um estudo sobre a subjetividade de
professores de uma escola de aplicação com direito adquirido para a aposentadoria**

São Luís

2018

LUIZA MARIANA DE SOUSA

APOSENTADORIA E TRABALHO DOCENTE: um estudo sobre a subjetividade de professores de uma escola de aplicação com direito adquirido para a aposentadoria

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

São Luís

2018

Sousa, Luiza Mariana de.

Aposentadoria e trabalho docente: um estudo sobre a subjetividade de professores de uma escola de aplicação com direito adquirido para a aposentadoria./ Luiza Mariana de Sousa. – São Luís - MA, 2018.

68 f. il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Profª Dra Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

Monografia (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

1. Psicologia do Trabalho. 2. Aposentadoria. 3. Trabalho docente. 3. Subjetividade I. Título.

CDU 159.964:34

LUIZA MARIANA DE SOUSA

APOSENTADORIA E TRABALHO DOCENTE: um estudo sobre a subjetividade de professores de uma escola de aplicação com direito adquirido para a aposentadoria

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Carla Vaz dos Santos Ribeiro
Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Denise Bessa Léda
Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa
Doutora em Psicologia
Universidade Federal do Maranhão

À minha família, meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por me fazer enxergar até mesmo nos momentos mais atribulados a força que carrego dentro do coração e que me concedida por benção d'Ele. Agradeço também à **Virgem Maria** por me carregar em seus braços desde a minha infância e me mostrar o quão valioso é poder ajudar as pessoas que estão ao meu redor.

À minha mãe, **Maria da Conceição Sousa**, por ter lutado para me proporcionar as melhores condições possíveis de estudo e de formação humana para mim. Lembra quando a gente disputava quem tinha o maior amor? A senhora sempre ganhou, mãe, porque renunciastes a tantas coisas na sua vida para me ver feliz, como fazes até hoje. Serei eternamente grata a tanto amor e busco, incessantemente, retribuí-lo.

À minha avó, **Raimunda Alves de Sousa**, dona Rosa, pelo teu abraço-casa, pelo teu cafuné. A saudade é tão grande que não cabe no coração. Queria tanto que estivesse aqui compartilhando dessa vitória, mas sei que estás a me guiar. Obrigada por ter sido minha segunda mãe, eu sempre te amarei.

Ao meu avô, **Raimundo Pinheiro de Sousa**, por ter cumprido com mérito a função de meu pai. Seu caráter edifica a nossa família e sua força me encoraja a ser alguém de coragem e luta. Sem o senhor não conseguiria ter chegado até aqui.

Ao meu tio **Raimundo Nonato de Sousa**, por estar sempre me ajudando a seguir meus sonhos e sendo o meu maior exemplo de estudante e profissional. Agradeço imensamente por tudo e principalmente por me ensinar a levar a vida com leveza e sorrisos.

À minha irmã, **Hanna Luyza**, por ter me tirado da solidão de ser filha única e me amar como eu sou. Obrigada pela cumplicidade e por alegrar meus dias. E não esqueça nunca: Brilhe! Você é a luz de toda a nossa família.

À **Juliete**, por ter sido minha amiga/irmã durante toda a vida, dividindo travessuras e alegrias. Agradeço também por ser mãe do meu sobrinho, **Bryan**, que tem sido luz na minha vida.

À **Dalva**, pelos cuidados, carinhos e proteção durante toda a vida. Seu caráter me impulsionou a sempre querer ser alguém melhor.

Ao meu tio **Francinaldo**, pelos lanches da madrugada na infância, as caronas na volta da faculdade e pelo maior presente da minha vida: sua filha.

Ao meu padrinho, **Carlinhos**, pelo apoio dado e por sempre estar presente na minha vida, e à sua esposa **Maria Lúcia**, por juntos me presentear com o meu primeiro primo.

Ao meu primo, **Karlos Victor**, por ser a melhor companhia nas madrugadas assistindo filmes de terror e compartilhar angústias e sonhos (e memes também). Sempre estarei aqui para te lembrar o quanto você é importante nas nossas vidas.

Aos meus primos: **Ranielle, Nilciane, Naiane, Lucas, André, Vinícius, Davi, Izabela e Israelly**, por me mostrarem o quanto é bom brincar, sorrir, chorar, desde que estejamos todos juntos.

Às pessoas que se tornaram minha família: **Alda, Iva, Aline e Kelli Jones**. Pelos auxílios durante a minha jornada, sei que sempre posso contar com vocês e espero poder retribuir tudo isso daqui para a frente.

À minha **família** no geral, espalhada pelo Maranhão, Ceará e pelo Pará. Todos, cada um à sua forma, contribuíram durante toda a minha jornada. Sei que posso contar com o amor e cuidado de vocês. Em especial, agradeço à minha tia **Margarida**, por ter me amparado quando perdi minha avó e por até hoje ser um exemplo de garra e força de vida. Agradeço também à minha tia **Helena**, pelo tempo que passamos juntas e como cuidastes de mim como se fosse sua neta.

Ao meu anjinho de quatro patas, **Austin**, por trazer alegria para a minha vida, me ajudar a relaxar convidando para brincar e por ser meu xodó. Felizes aqueles que têm um amor canino.

Às minhas amigas de adolescência, meu Grupinho Alegre e Feliz: **Ana Lourdes, Ana Luiza, Ingrid Almeida, Letícia Melo, Milena Vasconcelos e Thereza Costa**, por até hoje estarem junto comigo me mostrando que existem amizades verdadeiras e para sempre. Amo todas com todo o meu coração.

Às minhas amigas do Ensino Médio: **Danielly Sousa, Giullia Marques, Alice Carranza, Naiara Leal, Renata Batista e Mayara Senes**, por terem feito uma época tão angustiante que foi o ensino médio, um momento de carinho e alegria. E por até hoje se manterem presentes, apesar da distância.

À **Darice**, por ser uma das poucas pessoas no mundo que entende minhas sensibilidades, enxuga minhas lágrimas e tem o sorriso mais acolhedor da vida. Você tem morada garantida no meu coração para sempre.

À **Maiara**, pelo amor, companheirismo e irmandade. O que seria da minha vida sem as tuas indicações de filmes e séries? Tudo ficou azul depois de você, e fique sabendo que essa é a minha segunda cor favorita.

À **Naiana**, pela sintonia que temos, seja trabalhando, estudando ou se divertindo. Você é a minha poliglota preferida.

À **Letícia**, pelas nossas quintas, os lanches, o pôr do sol, o mar e nossas conversas. Sem a sua companhia nada disso teria tanto significado na minha vida.

Aos meus amigos da Psicologia, os musos: **Érica, Rayssa, Anna Kareninna, José Antônio, Rafael, Sara, Wesley e Yasmin**, por tornarem os meus dias mais felizes com as brincadeiras, abraços e sorrisos.

Às minhas amigas por intermédio de uma terceira: **Hemily Vale, Verônica da Hora e Adriely Luce**, pelos momentos bons que vivemos juntas e que precisam ser repetidos. Todas vocês me inspiram por serem mulheres de garra e de amor.

Aos amigos e amores que não permaneceram, de alguma forma, mesmo que por conta de decepções e distanciamentos, todos contribuíram para o meu crescimento e deixaram algo de bom marcado na minha vida.

Aos meus colegas de grupo de pesquisa: **Brenda Machado, Alynne, Ana Flávia Moniz, Ana Flávia Moura, Caroline, Fabiana, Graziela, Lícia, Luiza Castro, Karoline, Marcela Lobão, Mendonça, Solange e Valéria**, pelas trocas de conhecimentos e experiências com o universo de ser pesquisadora.

Agradeço infinitamente à minha orientadora, a professora **Carla Vaz dos Santos Ribeiro**, por ter confiado nas minhas potencialidades desde quando entrei no grupo de pesquisa. É uma honra lhe ter como orientadora. Obrigada pelo exemplo de profissionalismo, que fez crescer em mim ainda mais a admiração pela docência.

Agradeço também a todos os meus professores e supervisores pelos exemplos de profissionalismo e amor pela Psicologia, em especial: **Francisca Zubicueta, Maria Áurea e Giselle Vale**, pelo carinho e direcionamentos que me deram. Vocês todos me fizeram um ser humano melhor!

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas
na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

(PAULO FREIRE)

RESUMO

Diante de uma sociedade que supervaloriza o trabalho e desvaloriza a ausência deste, é possível pensar em como o processo de aposentadoria pode gerar reorganizações na vida dos trabalhadores. Apesar das mudanças que vêm ocorrendo acerca dos imaginários sociais relacionados à aposentadoria, ainda estão vinculadas à ideia de aposentado a velhice, a improdutividade. A possibilidade de ocupar esse lugar de não-trabalho acarreta reestruturações intensas na vida dos sujeitos. A pesquisa propõe analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de uma Escola de Aplicação e tem como objetivos específicos investigar o sentido do trabalho e da aposentadoria, identificar os aspectos relacionados à escolha em permanecer no mundo do trabalho e identificar as vivências de prazer e sofrimento diante da proximidade de afastamento do trabalho para os pesquisados. Possui como base teórico-metodológica a abordagem conceitual da Psicodinâmica do Trabalho, apropriando-se de contribuições da Abordagem Sócio-Histórica com base no referencial do Materialismo Histórico-Dialético, considerando a historicidade dos sujeitos que são marcados pela cultura, sendo modificados e modificadores de sua realidade social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada. Foram realizadas quatro entrevistas com docentes da Escola de Aplicação pesquisada que já possuem direito adquirido para a aposentadoria, mas continuam trabalhando. O referencial utilizado para a análise de dados foi a Análise Crítica do Discurso (ACD) teorizada por Fairclough. Compareceram com maior efetividade três aspectos relacionados ao trabalho no discurso dos participantes: o que o trabalho representa na vida dessas pessoas, as vivências de prazer e sofrimento elencadas por ele e os dilemas enfrentados diante da proximidade de afastamento do trabalho. Tais dados corroboram com as discussões teóricas levantadas com o presente estudo acerca da centralidade do trabalho na contemporaneidade e conseqüentemente a existência de repercussões subjetivas causadas pela aproximação da aposentadoria, visto que a mesma pode representar ideia de improdutividade e até mesmo a perda da identidade desses indivíduos. Pontua-se na pesquisa a necessidade de uma maior discussão sobre o tema e implementações de programas de preparação para a aposentadoria, oferecendo suporte aos trabalhadores para o enfrentamento desse processo. Para além disso, discute-se também a proposta de uma educação para o trabalho, que pautar reflexões acerca da relação que os sujeitos contemporâneos estabelecem com a vida laboral.

Palavras-chave: Psicologia do Trabalho. Aposentadoria. Trabalho docente. Subjetividade.

ABSTRACT

Faced with a society that overvalues labor and devalues its absence, it is possible to think about how the retirement process can generate reorganizations in workers' lives. Despite the changes that have been taking place about the social imaginaries related to retirement, they are still linked to the idea of retired old age, unproductiveness and uselessness. The possibility of occupying this place of non-work entails intense restructurings in the life of the subjects. The research proposes to analyze the repercussions of the retirement process on the subjectivity of the teachers of a School of Application and its specific objectives is to investigate the meaning of work and retirement, to identify the aspects related to the choice to remain in the world of work and to identify the experiences of pleasure and suffering in the face of the proximity of work to those surveyed. It has as a theoretical-methodological basis the conceptual approach of the Psychodynamics of Work, appropriating the contributions of the Socio-Historical Approach based on the reference of Historical-Dialectical Materialism, considering the historicity of the subjects that are marked by the culture, being modified and modifiers of their social reality. This is a qualitative research that had as a data collection instrument a semi-structured interview. Four interviews were conducted with teachers from the School of Application researched who already have acquired rights to retirement, but continue to work. The reference used for the data analysis was the Critical Discourse Analysis (ACD) theorized by Fairclough. Three aspects related to work in the discourse of the participants were more effectively present: what work represents in the lives of these people, the experiences of pleasure and suffering listed by them and the dilemmas faced by the proximity of work away from work. These data corroborate with the theoretical discussions raised with the present study about the centrality of contemporary work and consequently the existence of subjective repercussions caused by the approximation of retirement, since it can represent ideas of unproductiveness, uselessness and even the loss of identity of these individuals. The research is characterized by the need for a greater discussion about the theme and implementations of retirement preparation programs, offering support to workers to confront this process. In addition, we also discuss the proposal of an education for work, which sets forth reflections about the relationship that contemporary subjects establish with working life.

Keywords: Work Psychology. Retirement. Teaching work. Subjectivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Esperança de vida ao nascer – Brasil e países selecionados (2005-2015) (Em anos de idade).....	26
Figura 2 –	Proporção da população idosa em países selecionados (1980,1991 e 2010) (Em %)......	27
Figura 3 –	Brasil – população de 80 anos ou mais observada e projetada, por sexo (1960-2050) (Em 1 mil habitantes).....	27
Quadro 1 –	Níveis do plano de carreira de professores do EBTT.....	43
Quadro 2 –	Níveis do plano de carreira para o cargo isolado de professor titular-livre do EBTT.....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	TRABALHO E SUBJETIVIDADE HUMANA	17
2.1	O Trabalho e suas concepções ao longo da história	17
2.2	Sobre trabalhar: um enfoque da Psicodinâmica do Trabalho	19
2.3	Mobilização subjetiva, reconhecimento e prazer/sofrimento no mundo do trabalho	21
3	APOSENTADORIA E VELHICE	24
3.1	Envelhecimento populacional no mundo e no Brasil	25
3.2	Concepções sobre a velhice	28
3.3	Histórico da Legislação Previdenciária no Brasil	31
3.4	Reforma da Previdência	35
3.5	Aposentar ou continuar no mundo do trabalho?	37
4	TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	40
4.1	Escolas de Aplicação	42
4.2	Plano de carreira	43
5	OBJETIVOS	46
5.1	Objetivo geral	46
5.2	Objetivos específicos	46
6	METODOLOGIA	47
6.1	Método	47
6.2	Campo de pesquisa	47
6.3	Amostra	47
6.4	Instrumentos e materiais	48
6.5	Procedimentos	48
6.6	Análise dos dados	49
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
7.1	Perfil dos entrevistados	50
7.2	“O trabalho significa tudo pra mim”: visões acerca do trabalho	51
7.3	“O meu trabalho me satisfaz!”: vivências de prazer e sofrimento no trabalho	53
7.4	“O quê que eu vou fazer quando me aposentar?”: dilemas diante da proximidade de afastamento do trabalho	55

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO....	66
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	68

1 INTRODUÇÃO

França et. al (2013, p. 551) reconhecem a aposentadoria como “[...] um fenômeno complexo multideterminado e dinâmico” e também como um processo. Diante de tal afirmativa, é possível admitir que a vivência da aposentadoria é influenciada por vários fatores presentes na vida dos indivíduos, como por exemplo a família, questões socioeconômicas, culturais e também, como afirma Roesler (2014), pela relação estabelecida entre o sujeito e o seu trabalho.

Discorrer sobre a aposentadoria implica no questionamento acerca do lugar ocupado pelo trabalho na vida das pessoas. Imersos numa sociedade capitalista que atribui ao trabalho ideias de dignificação humana, utilidade e produtividade, os trabalhadores podem traçar imagens da aposentadoria como um momento de perdas e reestruturações.

Tais discussões acerca do mundo do trabalho, aposentadoria e subjetividade, fazem surgir questionamentos, como: Quais são os sentidos atribuídos ao trabalho e à aposentadoria por parte dos trabalhadores que estão diante da iminência desse processo? Quais são os aspectos envolvidos na escolha em permanecer ou não no mundo do trabalho? Quais são as vivências de prazer e sofrimento ocasionadas pela possibilidade de afastar-se da atividade laboral?

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência de Iniciação Científica, através de um projeto de pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho, cujo tema trata sobre o processo de aposentadoria de docentes do ensino superior de uma IFES. A pesquisa desenvolve-se no âmbito de um grupo de pesquisa constituído por docentes e discentes (graduação e pós-graduação) do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e por psicólogos titulados no Programa de Pós-graduação em Psicologia da mesma instituição. Por sua vez, o referido grupo de pesquisa está vinculado a um projeto intitulado “Trabalho na educação superior” desenvolvido por pesquisadores da Rede Universitas/Br de diversas instituições de ensino superior do país.

Além da pesquisa, a escolha da temática também foi instigada por conta da experiência da autora no estágio em Psicologia Escolar e a possibilidade enxergada de relacionar as duas áreas da Psicologia: Escolar e Organizacional e do Trabalho. A partir dessa vivência na escola vieram à tona as especificidades do trabalho docente na Educação Básica.

Retornando à análise do processo de aposentadoria, especificamente remetendo-se à categoria docente na Educação Básica em uma Escola de Aplicação, pode-se pensar em inúmeros fatores que influenciam essa vivência, como: o significado deste trabalho para os professores, a relação destes com seus alunos, o reconhecimento da sociedade e dos pares

quanto ao seu trabalho, o trabalhar constante em conjunto com estagiários, dentre outros. Corroborando com a discussão de Roesler (2014), o sentido atribuído ao processo de aposentadoria é marcado pela relação estabelecida entre o sujeito e o seu trabalho.

Outro fator importante a ser considerado na pesquisa, trata sobre a importância da história de vida dos sujeitos e a influência da mesma nas suas escolhas profissionais, inclusive na decisão de aposentar-se ou continuar trabalhando. Concordando com as considerações de Roesler (2014), entende-se que há uma articulação de cada história individual com os aspectos relacionados aos sentidos e significados atribuídos ao trabalho e à aposentadoria.

Apropriando-se da Psicodinâmica do Trabalho é possível discutir o enfrentamento do processo de aposentadoria considerando a dinâmica de prazer e sofrimento intrínseca a ele. Como discutem Mendes e Muller (2013), essas duas facetas são indissociáveis e indispensáveis para a abordagem psicodinâmica, considera-se também que o trabalho contribui para a transformação do sofrimento em prazer a partir de condições sociais, políticas e éticas relacionados ao mesmo.

Em relação ao aspecto acadêmico empreendido com a pesquisa, é importante ressaltar o papel da Psicologia na investigação dos processos subjetivos humanos relacionados ao trabalho, bem como ao lugar de não-trabalho relacionado à aposentadoria, trazendo também para discussão questões relacionadas à velhice. Além disso, ressaltar a categoria docente da Educação Básica é imprescindível para a investigação de suas especificidades e consequentemente contribuir para a produção teórica acerca da mesma.

Quanto ao aspecto social, propõe-se um espaço de reflexão sobre um processo muito importante na história de vida dos trabalhadores, no qual reestruturas significativas podem acontecer. A aposentadoria pode ser vivenciada como a perda do sentido da vida, visto que há uma valorização daqueles que produzem em detrimento da depreciação do sujeito aposentado perante a sociedade capitalista (MOREIRA, 2011). Somando-se à investigação, não se pode descartar a possibilidade de intervenções futuras enquanto profissional da Psicologia, voltadas para a subjetivação saudável do processo de aposentadoria.

Diante de tais questões comparece ainda mais a necessidade de realizar estudos que analisem a temática, a fim de encontrar alternativas de ressignificação da aposentadoria. É nesse objetivo que a Psicologia tem a possibilidade de tomar para si a investigação de tal tema, visto que tem como uns de seus princípios a responsabilidade social, a promoção da atenuação do desamparo e sofrimento humano e a capacidade de transformação da realidade em que os sujeitos estão inseridos, gerando saúde e qualidade de vida.

Em relação aos capítulos que compõem o presente estudo, serão descritos a seguir:

No primeiro capítulo, intitulado como “Trabalho e Subjetividade Humana”, propôs-se uma discussão acerca das concepções históricas sobre o trabalho, culminando então na análise do mundo do trabalho a partir da Psicodinâmica do Trabalho, considerando as principais categorias propostas com a teoria e que estão envolvidas na atividade laboral.

O segundo capítulo, “Aposentadoria e Velhice”, faz um apanhado acerca do envelhecimento populacional no mundo e no Brasil, discutindo também como a velhice foi e é concebida pelos seres humanos. A fim de tratar sobre a aposentadoria, construiu-se um debate sobre o histórico da previdência social no Brasil, e em seguida abordou-se sobre o questionamento proposto com a pesquisa: aposentar-se ou continuar trabalhando? Considerando os aspectos envolvidos nesse processo e suas repercussões na vida dos sujeitos.

No terceiro capítulo, “Trabalho na Educação Básica”, objetivou-se discorrer sobre as especificidades dos trabalhadores pesquisados, que estão inseridos na Educação Básica. Incluindo nessa discussão um recorte histórico sobre as Escolas de Aplicação e o plano de carreira dos docentes inseridos nesse campo de trabalho.

No quarto capítulo constam os objetivos da pesquisa, sendo o geral: analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de uma Escola de Aplicação. E os específicos: a) investigar o sentido do trabalho e da aposentadoria para esses docentes, b) identificar os aspectos relacionados à escolha em permanecer no mundo do trabalho e c) identificar as vivências de prazer e sofrimento diante da proximidade de afastamento do mundo laboral.

O capítulo 5 compreende o método, o campo de pesquisa, a amostra, os instrumentos e materiais, a metodologia de análise dos dados e os procedimentos englobados pela pesquisa. Já no capítulo 6, trata-se dos resultados obtidos através da pesquisa e a discussão realizada à luz das teorias que embasam a pesquisa. Intitulado como “Resultados e discussão”, esse capítulo apresenta o perfil dos entrevistados, o significado do trabalho na vida desses sujeitos, as vivências de prazer e sofrimento imersas no exercício da docência, o reconhecimento do trabalho e por fim a compreensão desses docentes acerca da escolha de aposentar-se ou continuar trabalhando.

O último capítulo, que compreende as “Considerações finais”, abrange um apanhado geral acerca da pesquisa, limitações e ganhos advindos da mesma, além de reflexões acerca da temática, além de propostas relacionadas ao leque de assuntos que a aposentadoria permite discutir. Espera-se que através do presente estudo possam ser feitas

contribuições acerca do tema, principalmente no que se refere ao olhar da Psicologia do Trabalho sobre o processo de aposentadoria.

2 TRABALHO E SUBJETIVIDADE HUMANA

A palavra trabalho significa “Tarefa; aplicação de atividade física ou intelectual; serviço; esforço; fadiga; ocupação; emprego [...]” como define o dicionário (BUENO, 2007, p. 762). Entretanto, como expõe Bressan et.al (2012), existem sentidos e significados atribuídos ao trabalho e estes são diversos. Os sentidos se referem à dimensão individual, vivenciada por cada sujeito, enquanto os significados estão relacionados ao entendimento social, compartilhado nos coletivos.

Dessa maneira, falar sobre o trabalho jamais pode estar desvinculado da noção de subjetividade humana, visto que ela é constantemente mobilizada diante da ação imposta no ato de trabalhar e é responsável pela significação dessa experiência. Como explanam Ribeiro e Léda (2004, p. 77): “A categoria trabalho não pode ser pensada como natural ou a-histórica. O trabalho impregnado de toda uma subjetividade, inserido em um contexto econômico/político/social com tantas diversidades, leva os indivíduos a terem vivências bem distintas”.

Pensando por essa via que se viu necessária uma discussão acerca das concepções acerca do trabalho no percurso histórico da humanidade e posteriormente discorrer sobre os fundamentos teóricos proporcionados pela Psicodinâmica do Trabalho, a fim de compreender as relações de trabalho na sociedade contemporânea. Considera-se então que para investigar o trabalho (e conseqüentemente a aposentadoria) e sua repercussão na subjetividade do trabalhador deve-se levar em conta influências sociais, econômicas e culturais, como também, o que cada ser humano traz de singular e de específico em sua história de vida.

2.1 O Trabalho e suas concepções ao longo da história

A etimologia da palavra trabalho refere-se ao latim, *tripalium*, palavra utilizada para nomear uma ferramenta de três dentes usada na agricultura e também como instrumento de tortura, como afirmam Bressan et.al (2012). Entretanto, é possível pensar na existência de diversas concepções sobre o que é o trabalho. Vieira e Pinto (2008) expõem que a sociedade contemporânea concebe o trabalho como forma de dignidade, legitimidade e inserção social, mas vale ressaltar que há uma trajetória de construção teórica e social por detrás dessas concepções.

Ornelas e Monteiro (2006) afirmam que o trabalho assumiu diversas dimensões ao longo da história. Na Antiguidade Clássica, por volta do século V a. C., o trabalho estava dividido em duas vertentes: a da elite dominante, que se ocupava do trabalho intelectual referente às artes, à política; e a das classes subalternas, que exerciam trabalhos braçais,

geralmente ligados à escravidão. A Mitologia Grega retrata em vários mitos a visão de que o trabalho era dado como castigo pelos deuses devido aos erros e transgressões dos humanos, o que retrata muito bem a concepção da época sobre o ato de trabalhar.

O Império Romano, como expõem as autoras citadas anteriormente, se assemelhou bastante aos aspectos da sociedade da Grécia Antiga, os patrícios romanos substituíram a elite grega e, apesar dos avanços relativos à Ciência Jurídica e as grandes capacidades administrativas, a sociedade romana demandou ao proletariado as mesmas condições precárias, marcadas então pela escravidão e miserabilidade. Após a fragmentação desse império instaurou-se o Feudalismo, que continuou não rompendo com essas condições relativas ao trabalho. Apenas com o Renascimento e a ascensão das ideias humanistas e progressistas que algumas mudanças foram empreendidas.

Ribeiro e Léda (2004) citam que somente a partir do Renascimento que o trabalho passou a ser concebido como fonte de identidade e autorrealização dos sujeitos. Esse novo olhar contrariava as concepções de épocas passadas, como por exemplo a visão do cristianismo em seus anos iniciais que considerava o trabalho como punição para o pecado, baseando-se na história bíblica de Adão que teve que suar para se sustentar como expiação pelos pecados que cometeu.

Somente nos séculos XVI e XVII que as circunstâncias para o principal marco no mundo do trabalho começaram a se arquitetar: aproximava-se então a Revolução Industrial. No século XIX, com a Revolução Industrial, o trabalhador passa a ser a figura central, diferenciando o âmbito doméstico e o âmbito do trabalho. O trabalho passa então a ser livre, sem vínculos feudais e orientados pelo mercado. (VIEIRA; PINTO, 2008)

As mudanças trazidas com a Revolução Industrial foram bem além da reestruturação do sistema produtivo com a criação da máquina à vapor e da consequente produção em larga escala: “[...] ela reuniu e abarcou modificações ideológicas, econômicas e sociais que transformaram uma sociedade exclusivamente agrária em verdadeira sociedade industrial e urbana.” (ORNELAS; MONTEIRO, 2006, p. 553)

As autoras supracitadas discutem que os trabalhadores foram retirados do âmbito rural e imersos no urbano, o que provocou mudanças radicais nas vidas desses sujeitos: as condições precárias de moradia e alimentação, as longas jornadas de trabalho afetaram drasticamente na qualidade de vida da classe trabalhadora. A Revolução Industrial, é marcada então pelo predomínio das máquinas, o comércio intensificado, o trabalho operário, e outros fatores, que contribuíram para que esse processo histórico se tornasse singular.

Com o passar do tempo foram-se revelando as imperfeições e injustiças do capitalismo industrial. Além das circunstâncias já mencionadas, a concentração do capital em poder de um reduzido número de pessoas; a ausência de quaisquer direitos trabalhistas em favor do proletariado; a falta de motivação dos operários, que passaram a “vender” seu trabalho, sem participação integral no processo produtivo; o crescimento desordenado das cidades, como surgimento de bairros miseráveis, onde se amontoavam os operários, foram fatores que provocaram uma forte reação ideológica por parte de grandes pensadores da época. (ORNELAS; MONTEIRO, 2006, p. 553)

Ribeiro e Léda (2004) discutem como o método taylorista/fordista transpôs as fronteiras das fábricas e invadiu outras organizações, como a Igreja, a família e etc. O tempo de trabalhar e o tempo livre passaram a ser delimitados de forma mais rígida, o trabalho passa a ocupar um lugar central na vida dos indivíduos. No início da década de 70, com a crise do capitalismo, o modelo de gestão taylorista/ fordista, pautados essencialmente na divisão das tarefas e na aceleração da produção, começou a apresentar decadência, tornando possível o surgimento de um outro cenário: a era da acumulação flexível. Percebe-se então um esvaziamento gradativo do significado do trabalho na vida das pessoas, apesar deste continuar ocupando um lugar de centralidade.

Diante do reconhecimento desse percurso histórico é possível pensar: quais os sentidos e significados atribuídos ao trabalho na contemporaneidade? Como a maneira que os sujeitos vivenciam o trabalho na atualidade afeta a construção da concepção acerca da aposentadoria? Confrontando-se com esses questionamentos, a presente pesquisa objetivou investigar como a categoria docente, especificamente inserida em uma Escola de Aplicação, concebe o trabalho e a aposentadoria, considerando então as repercussões ocasionadas na rotina, no bem-estar e na subjetividade desses trabalhadores.

2.2 Sobre trabalhar: um enfoque da Psicodinâmica do Trabalho

Facas, Silva e Araújo (2013, p. 461) citam que “o termo trabalhar tem origem, de acordo com as premissas teóricas da Psicodinâmica do Trabalho, para explicar que o trabalhar está para além da mera execução de uma tarefa; o trabalhar é ação e mobilização subjetiva”.

Dejours (2011) discute que o trabalho é uma atividade que engaja o corpo todo, exigindo deste que exerça sua inteligência em prol de enfrentar o que não é posto pela organização do trabalho. O trabalho confronta-se então com o real, que está fora do alcance de ser dominado através das prescrições e dos saberes pré-adquiridos. Dessa forma, trabalhar convoca os sujeitos a enfrentar situações sob as quais desconhece e não possui controle total, mas que só pode ser executado de fato na ação.

Trabalhar significa se deparar com prescrições, procedimentos, o manuseio do material ou das ferramentas, a recepção de, e o cuidado para, com as pessoas, mas

também uma hierarquia, colegas a quem se deve aprender a conhecer e com os quais será necessário interagir para alcançar o objetivo da produção. (GERNET, 2010, p. 61-62)

Dejours (2012) discute que existem controvérsias entre as disciplinas acerca da definição do trabalho, para uns trata-se de uma relação social, para outros trata-se do emprego ou até mesmo é visto como uma atividade de produção social. De acordo com o autor, através da abordagem da Psicodinâmica, a definição dada é a de que

[...] a partir do olhar clínico, o trabalho é o que implica, de uma perspectiva humana, o fato de trabalhar: os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, de pensar, de inventar etc. Em outros termos: para o clínico, o trabalho não é, em primeira instância, a relação salarial ou empregatícia, é o “trabalhar”, ou seja, um modo específico de engajamento da personalidade para enfrentar uma tarefa [...] (DEJOURS, 2012, p. 24)

A Psicodinâmica do Trabalho desenvolveu-se nos anos 1990, a partir da figura de Christophe Dejours, na França. Essa abordagem científica inicialmente se construiu com referenciais teóricos da psicopatologia, como afirma (MENDES, 2007). Dejours (2011, p. 59) fala que as primeiras construções teóricas em psicopatologia do trabalho centravam-se no “[...] conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico” e já se davam desde os anos 1950, a hipótese principal era de que o trabalho poderia ser causador de distúrbios psicopatológicos.

A reviravolta teórica elencada por Dejours propõe uma ruptura em tomar as patologias como foco central da investigação e passar a considerar a normalidade, que se dá através das estratégias de defesa diante do sofrimento inerente ao trabalho. É nesse sentido que a psicopatologia do trabalho toma outra nomenclatura: Psicodinâmica do Trabalho. (DEJOURS, 2011)

Como corrobora Mendes (2007, p. 29) acerca da proposta teórica elencada com a abordagem discutida:

Atualmente, a psicodinâmica, no seu conjunto teórico e metodológico, evoca uma inversão no modo de estudar a inter-relação trabalho e saúde. Suas bases conceituais são elaboradas a partir da análise dinâmica inerente a determinados contextos de trabalho, caracterizada pela atuação de forças, visíveis e invisíveis, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que podem ou não deteriorar

Como expõe a autora supracitada, a Psicodinâmica possui o seu objeto de estudo, objetivos, suas bases epistemológicas e categorias conceituais. Dessa forma, para compreender a proposta dessa abordagem em teorizar sobre o trabalho e suas implicações, é necessário traçar uma discussão acerca desses aspectos. Concordando com os objetivos propostos pela presente pesquisa, viu-se imprescindível priorizar o debate acerca das

categorias relacionadas ao reconhecimento, mobilização subjetiva e prazer/sofrimento no trabalho, associando-as com a vivência da proximidade de afastamento do mundo laboral.

2.3 Mobilização subjetiva, reconhecimento e prazer/sofrimento no mundo do trabalho

O objeto de estudo da psicodinâmica, como discorre Dejours (2011), propõe uma perspectiva mais ampla do que apenas as psicopatologias relacionadas ao trabalho, abordando o prazer além do sofrimento, não somente o homem, mas também o trabalho, não só a organização, mas abrangendo também as situações de trabalho. Corroborando com isso, Mendes (2007, p. 30) resume bem o que é proposto como objeto de estudo da Psicodinâmica do Trabalho:

[...] o estudo das relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação para mediar contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento.

Como já discutido anteriormente, a Psicodinâmica reconhece que o trabalho não pode ser teorizado se não for considerado o envolvimento subjetivo existente entre este e os trabalhadores. Partindo disso, um conceito central proposto pela Psicodinâmica, como afirma Mendes e Duarte (2013, p. 259), é a mobilização subjetiva, que é conceituada como:

[...] um processo intersubjetivo que se caracteriza pelo engajamento de toda a subjetividade do trabalhador e pelo espaço público de discussões sobre o trabalho. Para tal, é fundamental a dinâmica contribuição-retribuição simbólica que pressupõe o reconhecimento do fazer do trabalhador pelos pares e pela hierarquia. A mobilização subjetiva permite a transformação do sofrimento a partir de uma operação simbólica: o resgate do sentido do trabalho.

Como é bem percebido através dessa conceituação, a mobilização subjetiva está relacionada com diversas outras categorias elencadas pela Psicodinâmica. Como discutem as autoras supracitadas, a mobilização envolve o engajamento do sujeito com o seu trabalho, que está sempre numa constante busca por uma troca: contribuir com a organização através do seu trabalho e ser retribuído a partir do reconhecimento pelos pares. Por detrás disso há uma busca de identidade empreendida pelos trabalhadores que “[...] não quer só executar a tarefa; quer dar vida ao trabalho, deixar sua marca.” (MENDES; DUARTE, 2013, p. 261)

Relacionado à mobilização subjetiva, o reconhecimento é conceituado enquanto:

[...] forma da retribuição simbólica advinda da contribuição dada pelo sujeito, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência no trabalho. Esta retribuição se apresenta em duas dimensões: reconhecimento no sentido de constatação, que representa a realidade da contribuição individual à organização do trabalho, e o reconhecimento no sentido de gratidão pela contribuição dos trabalhadores dada à organização do trabalho. (LIMA, 2013, p. 651)

Ainda de acordo com a autora, a Psicodinâmica afirma que essa retribuição simbólica está longe de ser facilmente atingida, pois o trabalho realizado é posto diante de constantes julgamentos, sendo estes por sua vez divididos em dois tipos: julgamento de utilidade e de julgamento de beleza. O primeiro refere-se à linha vertical (chefes, subordinados e clientes) e é este que confere ao trabalhador sua afirmação na organização. Já em relação ao julgamento de beleza, este diz respeito à linha horizontal (pares e comunidade), ao sentimento de pertencimento ao grupo profissional e à originalidade do trabalho dos sujeitos.

Segundo Gernet (2010), a validação do trabalho permitida pelo reconhecimento participa efetivamente na construção do sentido do trabalho e conseqüentemente da identidade dos sujeitos. É também através do reconhecimento que o sofrimento ocasionado pelo encontro com o trabalho pode ser ressignificado.

Já em relação às vivências de prazer e sofrimento, como afirma Mendes (2007, p. 34), são “[..] dialéticas e inerentes a todo contexto de trabalho [...]”. Dessa forma, é possível considerar que os trabalhadores sempre estarão imersos nessa dualidade em relação ao trabalho, e ainda mais interessante é reconhecer, assim como esclarece a Psicodinâmica que o sofrimento produz o trabalho, através das estratégias de defesa e a ressignificação desse sofrimento em prazer.

A mobilização que resulta do sofrimento se articula à emancipação e reapropriação de si, do coletivo e da condição de poder do trabalhador. Nesse sentido, “ser sofrente” é constituinte do humano e do trabalho, não é um mal em si mesmo, sendo apenas a negação do próprio sofrimento e do sofrimento do outro. (MENDES, 2007, p. 31)

Dejours (2011) afirma a existência do sofrimento por conta do conflito central entre a organização do trabalho, que impõe prescrições e regras, e o funcionamento psíquico dos trabalhadores, que se manifesta através do desejo. Corroborando com essa afirmação, Mendes (2007) fala que o sofrimento surge quando a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização se torna impossível de realizar.

De acordo com Moraes (2013), o sofrimento pode se encaminhar para dois destinos diferentes: o sofrimento criativo e o patológico. O primeiro, se caracteriza pela ressignificação em engenhosidade e criatividade no trabalho, ou seja, em prazer, e chega a esse destino através do uso da inteligência prática. Já o sofrimento patológico se dá quando há um esgotamento das estratégias defensivas, resultando em adoecimento, perda de identidade e fragilidade.

Oposto ao sofrimento, mas não descolado deste, o prazer se caracteriza como “[...] mais do que uma vivência: o prazer é um princípio mobilizador da dinâmica que emerge dos contextos de trabalho.” (MENDES; MULLER, 2013, p. 289). A Psicodinâmica se apropria dos estudos da psicanálise, que considera a busca do prazer e a fuga do sofrimento enquanto questões constituintes dos seres humanos. Vale considerar também que essa busca pelo prazer está sempre se renovando e não cessa.

[...] define-se o prazer como um princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca da gratificação, realização de si e reconhecimento pelo outro da utilidade e beleza do seu trabalho. Este prazer é viabilizado por meio da inteligência prática frente aos constrangimentos da organização do trabalho, da construção do coletivo de trabalho, que envolve as regras de ofício, as regras de convivência e a cooperação, provocando com esta mobilização a resignificação do sofrimento. (MENDES; MULLER, 2013, p. 290)

Diante de tais constatações acerca do mundo do trabalho e a relação dos sujeitos com o mesmo, levanta-se hipóteses de como a experiência do trabalhar pode influenciar nos modos de enfrentamento do processo de aposentadoria. Para além disso, a dinâmica prazer/sofrimento, as mobilizações e o reconhecimento são categorias que também podem comparecer no processo de aposentadoria, principalmente por se tratar da ameaça de ocupação de um lugar de “não-trabalho”.

3 APOSENTADORIA E VELHICE

“A velhice assusta” (BARROS, 2006, p. 7). A partir da afirmação de tal autora é possível refletir sobre como essa fase da vida é pensada e vivenciada pelos sujeitos. Ainda muito caracterizada por perdas, não apenas físicas, mas também financeiras, sociais e emocionais, essa fase pode ser geradora de repercussões negativas na qualidade de vida das pessoas, entretanto é válido reconhecer que a significação desse momento é um processo singular e único de cada indivíduo.

Envelhecer envolve um amplo conjunto de efeitos da passagem do tempo, envolvendo diversos aspectos, como o biológico e o psicológico. Biologicamente a velhice representa uma involução no funcionamento geral do corpo, afetando os sistemas fisiológicos principais. Já em relação às questões psicológicas, a velhice bem-sucedida representa o ápice da sabedoria e da compreensão do sentido da vida, como discutem Moraes, Moraes e Lima (2010). Entretanto, propõe-se um questionamento acerca disso: a velhice pode ser considerada como um processo igual para todos ou é atravessada pela singularidade de cada indivíduo e pelos aspectos sociais e culturais em que este se insere? Tallmann et. al (2013) consideram que o alcance de uma velhice satisfatória não se compõe apenas dos domínios biológico, psicológico e social, mas também da interação entre os três.

O processo de envelhecimento provoca mudanças não somente em nível individual, mas também gera implicações sociais. Em resposta a esse processo no Brasil, o Estado, sob grande influência das discussões internacionais acerca do envelhecimento, aprovou a Política Nacional do Idoso (PNI), através da Lei nº 8.842/1994, sendo regulamentada pelo Decreto nº 1.1948/1996. Esse acontecimento foi de suma importância para a garantia de direitos sociais das pessoas idosas, assegurando a continuação da sua participação efetiva na sociedade. Contudo, vale ressaltar que, atualmente, com o aumento do envelhecimento populacional, as demandas por políticas públicas voltadas para essa parcela da população cresceram e propõem intervenções estatais imediatas. (CAMARANO, 2016)

Concernente às atribuições sociais relacionadas à velhice está o processo de aposentadoria. A palavra aposentadoria é citada pelo dicionário como: “Ato de aposentar; pensão; descanso; cessação” (BUENO, 2007, p. 76), aliando-se à ideia de um momento no qual há rupturas e reestruturações. Ainda muito articulada à ideia de velhice, a aposentadoria – como bem discutem Antloga et.al (2017) – remete a um lugar de impotência e improdutividade, tornando-a negativa para a maioria das pessoas. Sendo assim, esse processo se caracteriza principalmente pela reorganização da identidade que antes era atribuída ao lugar que o trabalho ocupava na vida desses sujeitos.

Selig e Valore (2010) abordam como a aposentadoria representa uma cisão com o mundo produtivo e o ritmo de vida que ele impõe, sendo assim, diante de uma sociedade que supervaloriza o trabalho e a produção, deixar de trabalhar pode ser sentido até mesmo como uma perda do sentido da vida. O capitalismo, segundo esses autores, institui um ideal moral e social ao trabalho, conseqüentemente atribuindo ao não trabalho um estigma de culpa e vergonha, dessa maneira pode-se pensar na afirmativa de que o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas.

Em relação à escolha de aposentar-se ou permanecer trabalhando, a mesma “[...] envolve a historicidade do sujeito: seu passado – o que ele já não é; seu presente – o instante efêmero entre o que foi e o que deseja ser -, e seu futuro – o projeto, seu desejo de ser, o que ainda não é.” (ROESLER, 2014, p. 185). Pode-se afirmar também que os sentidos atribuídos ao processo de aposentadoria se constroem a partir da relação do indivíduo com o seu trabalho.

Inicialmente, propõe-se com o presente capítulo trazer informações referentes ao envelhecimento populacional no mundo e no Brasil, considerando que essa mudança na pirâmide etária acarreta modificações em diversos setores da sociedade, contribuindo também em questões relacionadas à aposentadoria, que está no foco da investigação dessa pesquisa. Em seguida, discute-se o percurso histórico das concepções acerca do envelhecimento, relacionando isto à ideia de velhice ligada à aposentadoria.

Tendo em vista a necessidade de conhecer a fundo o processo de aposentadoria, fez-se necessário abordar questões relativas à história da previdência brasileira e o percurso traçado até os dias atuais, bem como a iminência de uma Reforma da Previdência no país. Posterior a esse apanhado histórico, adentra-se nos sentidos atribuídos à aposentadoria, abordando aspectos relativos à cisão com o mundo do trabalho e as repercussões que esta pode gerar na vida dos sujeitos. Chega-se então à exploração de uma pergunta-chave levantada com a pesquisa: “Aposentar ou continuar no mundo do trabalho?”, visando discutir sobre os aspectos envolvidos na escolha em permanecer ou não na vida laboral.

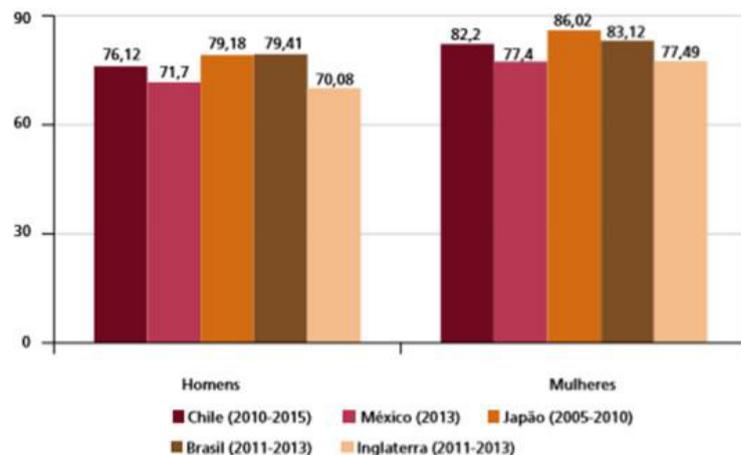
3.1 Envelhecimento populacional no mundo e no Brasil

De acordo com dados do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA): “Em 2012, 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de 10 anos e mais que duplique em 2050, alcançando 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global” (UNFPA, 2012).

A crescente longevidade da população mundial se deve à influência direta dos avanços da Medicina e da tecnologia. Essa evolução ocorreu gradativamente durante mais de um século e reflete na melhoria das condições de vida e de saúde da população. Além disso, a taxa de natalidade vem sendo retraída aos longos dos anos, ajudando na modificação da pirâmide etária, segundo informações da Organização das Nações Unidas – ONU (2009) e do Fundo de Populações das Nações Unidas (2012). (FRANÇA et. al, 2013)

Corroborando com tal afirmativa, Camarano (2016) discute como as questões relativas ao maior acesso da população a tratamento médico, e conseqüente melhoria na qualidade de vida, repercute diretamente na expectativa de vida ao nascer. Como percebe-se na Figura 1, o Brasil está entre os maiores índices de expectativa de vida dentre os países selecionados (79,41 anos para os homens e 83,12 anos para as mulheres).

Figura 1 - Esperança de vida ao nascer – Brasil e países selecionados (2005-2015)
(Em anos de idade)



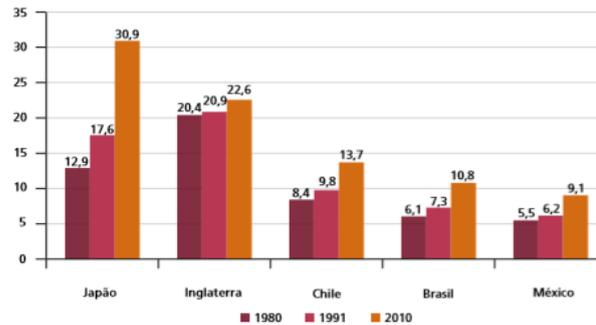
Fonte: INE/Chile; Inegi/México; UN; Office for National Statistics/Reino Unido; IBGE; Ministério da Saúde do Brasil apud Camarano (2016)

Segundo Miranda, Mendes e Silva (2016), observa-se atualmente no Brasil um contingente cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais. Essa mudança etária no país teve origem a partir do ano de 1970, época em que as famílias modificaram gradativamente sua configuração: antes eram rurais, numerosas e marcadas pela alta taxa de mortalidade na infância, agora passaram a habitar áreas mais urbanizadas e estão cada vez menores. Corroborando com esses dados, Camarano (2016) traz essa mudança na pirâmide etária como consequência da baixa taxa de fecundidade e do aumento da expectativa de vida.

Para delimitar a situação brasileira no contexto internacional, foram comparadas as proporções de pessoas idosas em relação às demais faixas etárias no Brasil com as proporções identificadas em países com estágios distintos de desenvolvimento (Japão,

Inglaterra, Chile e México). Verificou-se então que houve crescimentos significativos em todos as nações selecionadas, mas com intensidades diferentes: o Japão mostrou a maior variação e a Inglaterra a menor, ficando o Brasil em segundo lugar em crescimento entre os cinco países analisados. (CAMARANO, 2016)

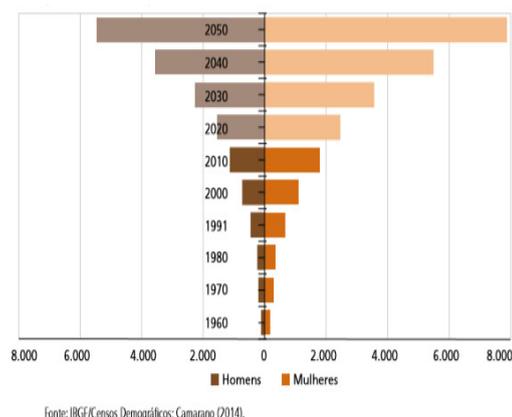
Figura 2 - Proporção da população idosa em países selecionados (1980,1991 e 2010)
(Em %)



Fonte: IBGE; Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi), do México; Instituto Nacional de Estadísticas (INE), do Chile; Portal Site of Official Statistics of Japan, do Japão; Office for National Statistics, do Reino Unido; e United Nations (UN) apud Camarano (2016)

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que a população com 65 anos ou mais havia dobrado de número desde 1980 (4,1% para 7,39%) até a realização do último censo em 2010, como demonstra a Figura 1, expressando também as projeções até o ano de 2050. (CAMARANO, 2016)

Figura 3 – Brasil – população de 80 anos ou mais observada e projetada, por sexo (1960-2050)
(Em 1 mil habitantes)



Fonte: IBGE (2014 apud Camarano, 2016)

Informações a partir da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2015), confirmam que a evolução populacional por grupos etários aponta para o envelhecimento demográfico,

ou seja, há um evidente aumento do número de idosos na população e uma consequente diminuição das demais faixas etárias.

A queda da participação das pessoas de 0 a 14 anos de idade na população foi mais expressiva, passando de 26,5%, em 2005, para 21,0% em 2015, bem como a queda observada no grupo de 15 a 29 anos de idade, que foi de 27,4% para 23,6% no mesmo período. Por outro lado, a proporção de adultos de 30 a 59 anos de idade teve aumento no período, passando de 36,2% para 41,0%, assim como a participação dos idosos de 60 anos ou mais de idade, de 9,8% para 14,3%. (IBGE, 2015)

O aumento desse segmento da população acarreta diversas mudanças nos mais variados setores da sociedade, dentre elas a necessidade de manutenção do papel social dos idosos ou sua reinserção social, além de resguardar a autonomia desses indivíduos. No Brasil, as demandas implicadas ao envelhecimento da população se aliaram a outras necessidades sociais básicas ainda não resolvidas. Essas novas demandas acabaram acarretando políticas públicas específicas para esse grupo etário (CAMARANO, 2016).

Debert (2006) contesta a ideia de que a transformação da velhice em um problema social é um resultado do aumento do número de idosos na sociedade. Lenoir (1989 apud DEBERT, 2006, p. 62) afirma que “[...] um problema social é uma construção social e não o puro resultado do mau funcionamento da sociedade”. Pensando por essa via, questões como os conflitos intergeracionais, déficit nas áreas da assistência pública para pessoas na faixa etária da velhice, problemas previdenciários, entre outros, são resultados de um processo histórico (e complexo) da sociedade em relação à população idosa.

3.2 Concepções sobre a velhice

Tallmann et. al (2013, p. 599) falam que “[...] a velhice pode ser compreendida como resultante de um processo que envolve as dimensões biológicas, psicológicas e sociais que começa na vida do embrião e culmina na heterogeneidade do processo de envelhecimento”. Entretanto, no decorrer histórico, os estudos acerca da velhice associavam esta somente às perdas e declínios que ocorrem nessa etapa. Opondo-se às ideias pré-estabelecidas sobre a fase da vida nomeada de velhice, pode-se pensar que:

O curso da vida como construção social e cultural não pode ser entendido como algo que os seres humanos podem fazer e refazer, um processo que não impõe limites à criatividade e ao qual qualquer sentido pode ser atribuído. É preciso olhar, com mais atenção, para os limites que a sociedade coloca à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza. (DEBERT, 2012, p. 67)

Corroborando com tais afirmações, Debert (2006, p. 50) diz que é importante considerar que “[...] a velhice é uma categoria socialmente produzida”, sendo assim “[...] as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado

pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos”. Distingue-se então um fato universal e natural, o ciclo biológico (nascimento, crescimento e morte), de um fato social e histórico: as diversas formas de viver e explicar o processo de envelhecimento. Sendo assim, é imprescindível considerar que as periodizações atribuídas à vida, bem como os imaginários relacionados a cada período variam conforme os grupos sociais.

Debert (2012) discute que acontece atualmente uma socialização da velhice, ou seja, antes essa fase da vida era considerada uma responsabilidade da esfera privada e familiar, relativa aos cuidados previdenciários e filantrópicos; agora passa a ser uma questão pública. Coerente a essa modificação, o Estatuto do Idoso, em vigor no Brasil através da Lei nº10.741/2003, em seu Artigo 3º afirma que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2017, p. 8)

Entretanto, nem sempre esses direitos foram assegurados pelo Estado, assim como os relativos à Previdência Social, os quais foram discutidos no capítulo anterior. As sociedades modernas, concebem a velhice como uma fase de perdas físicas e sociais, sendo os velhos mais dependentes de outras pessoas. Apesar dessa visão negativa, foi através desta que a luta pelos direitos dos idosos foi assegurada e validada pelo Estado (DEBERT, 2012). Tallmann et. al (2013) afirmam que apenas no século XX a visão sobre o processo do envelhecimento se modifica, afirmando sua amplitude e multidimensionalidade, agregando os pontos de vista de várias ciências.

Debert (2012) expõe que a tendência contemporânea é reformular esses estereótipos acerca dos idosos. A ideia de que há perdas é substituída gradativamente pela possibilidade de novas conquistas respaldadas por uma maior busca de satisfação pessoal e prazer. As experiências e os saberes agregam as relações com outras gerações e respaldam até mesmo em retomar planos que outrora não deram certo. É nessa perspectiva que o presente estudo reconhece que a aposentadoria pode surgir como uma possibilidade de realização de desejos que foram impossibilitados em outros momentos da vida.

Há um percurso constituído por mudanças sócio-históricas que constituem a velhice como uma categoria social, conforme apresenta Neri (2013), do qual várias teorias – inclusive psicológicas – se arquitetaram na tentativa de explicar o envelhecimento. Pode-se

pensar na velhice atualmente como a última fase do ciclo de vida, sendo um produto dos processos de desenvolvimento e envelhecimento.

A trajetória do envelhecimento humano comporta excessiva variabilidade, dependendo do nível de desenvolvimento biológico e psicológico atingido pelos indivíduos e pelas coortes em virtude da ação conjunta da genética, dos recursos sociais, econômicos, médicos, tecnológicos e psicológicos. (NERI, 2013, p. 20)

As modificações no modo de pensar a velhice nos remetem a uma discussão de que “[...] não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também proporcionar-lhes cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada.” (DEBERT, 2012, p. 61)

A tentativa de conceituar a velhice e estabelecer fronteiras rígidas entre essa fase da vida em relação a outras, acaba não sendo possível quando se reconhece o envelhecimento como um processo singular, variável e multideterminado.

Em relação às diversas atribuições relacionadas à velhice, Oliveira (2005) discute como o Brasil importou a ideia francesa de terceira idade (que foi criada para nomear as pessoas que acabavam de se aposentar e ainda se apresentavam ativas, a fim de não as rotular como velhas), mas questiona-se a real possibilidade de encaixar esse termo na realidade brasileira. A terceira idade caberia então como uma fase intermediária: não representa mais a vida adulta sobrecarregada de obrigações e trabalho, mas também não se caracteriza como a velhice, marcada pela senilidade e espera da morte. Uma nova linguagem surge paralela à ideia de terceira idade, como afirma Debert (2012, p. 61):

[...] a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer.

Retomando a discussão de Oliveira (2005), trazendo em sua obra as ideias de Hannah Arendt sobre o tema, o homem na terceira idade é marcado como alguém que já passou pelos momentos de intensa luta pela sobrevivência, realizando tarefas de criação dos filhos e trabalho, e agora busca um outro sentido para a vida.

Sob essa ótica, a “Terceira Idade” pode ser observada como o resultado de uma vida que se dedicou ao trabalho e que busca agora a felicidade. Mas antes de apresentar tal assertiva como uma afirmação, cabe indagar: o homem moderno, ao caminhar para a reta final da vida, ou o seu último período, livre da luta pela sobrevivência por meio do trabalho, para de agir como um *homo faber*? Como vive o homem moderno depois do seu período de *homo faber*, de trabalho? Que atitudes resultam dessa visão de mundo combinada com a chegada da velhice? (OLIVEIRA, 2005, p. 17)

A criação da aposentadoria, como aponta Debert (2012), remete-se às transformações elencadas pelo desenvolvimento capitalista e estabelece uma indissociabilidade entre o fim do trabalho assalariado e o envelhecer. A contemporaneidade marca um momento de maior separação entre a aposentadoria e a velhice: existe agora um contingente mais exigente e mais jovem de aposentados, o que acaba favorecendo a construção de um mercado para esse público.

A dissociação entre a aposentadoria e a velhice, que caracteriza a experiência contemporânea, é vista como uma consequência da ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e outros setores sociais e profissionais. Passando a abarcar setores com níveis mais altos de aspirações e de consumo, a aposentadoria deixa de ser uma forma de assegurar apenas a velhice dos mais pobres. (DEBERT, 2012)

Ainda de acordo com a autora citada anteriormente, um exemplo a ser considerado em relação à nova postura diante do envelhecimento se dá no âmbito das associações. Os militantes desses grupos são caracterizados não como idosos, mas como aposentados e ex-trabalhadores, que são provedores do lar e que estão implicados em lutas que beneficiam não apenas a si mesmos, mas à sociedade como um todo.

Diante de tais constatações é possível propor através da pesquisa alguns questionamentos relacionados à velhice e sua relação com o processo de aposentadoria: Ainda é possível pensar na indissociabilidade entre essas duas vivências? Os indivíduos aptos à aposentadoria se consideram velhos ou idosos? E sobre o que é ser idoso, ainda há a concepção antiga de decrepitude e retirada do meio laboral, social e cultural?

3.3 Histórico da Legislação Previdenciária no Brasil

A história da previdência social brasileira é demarcada por um processo luta de classe, como discute Aragão (2013). Silva e Costa (2016) afirmam que a luta pelos direitos previdenciários se deu principalmente com o aumento das necessidades dos trabalhadores por melhores condições de vida e pela garantia de uma certa proteção social por parte do Estado. Vale comentar que “[...] para compreender a política previdenciária brasileira é necessário e salutar apreender a dinâmica econômica, política e social do Brasil nas décadas que antecedem e que são subsequentes à sua implementação” (ARAGÃO, 2013, p. 2)

Há uma discussão em torno de que “[...] a Previdência Social brasileira emerge devido aos efeitos negativos que o processo de produção capitalista ocasionava, sendo necessário socializar os custos da força de trabalho, a fim de promover melhores condições de vida para a classe trabalhadora.” (SILVA; COSTA, 2016, p. 160). Como discutem os autores supracitados, as primeiras tentativas de estabelecer políticas previdenciárias pertencem à

Alemanha, propriamente em 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck. A Previdência Social brasileira toma como base alguns princípios do modelo bismarckiano, “[...] tais como o sistema de repartição, o financiamento tripartite e a necessidade de contribuição prévia para a concessão de benefícios [...]” (SILVA; COSTA, 2016, p. 159)

Alguns estudiosos consideram o período pré-1923, antes do marco legal constituído pela Lei Eloy Chaves, de grande importância para o percurso histórico da Previdência Social no Brasil, como discutem Silva e Costa (2016). Considera-se que desde o final do século XVIII, propriamente no Período Regencial, houveram tentativas de criar instituições de natureza previdenciária. Essa fase foi marcada pelo descontentamento da população com o poder central e intensas tensões sociais. Posteriormente, com a Proclamação da República e as promessas de avanço econômico para o país e modernizações, as insatisfações acerca das questões sociais e a exigência por melhores condições de vida cresceram ainda mais.

De acordo com os autores citados anteriormente no período da República Velha (1889 a 1919) começaram a surgir medidas que favoreciam apenas algumas categorias em relação ao direito da aposentadoria, demarcando dessa maneira uma característica insistente da Previdência Brasileira: o favorecimento de funcionários ligados ao governo, ressaltando o clientelismo e o corporativismo presente nesse modelo patrimonialista. É interessante reconhecer que esse sistema repercutiu até mesmo na Constituição Federal de 1988.

Já no início do século XX, diante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma expansão da indústria brasileira devido o declínio do comércio internacional e conseqüentemente o aumento da classe operária no país, o que por sua vez ocasionou a intensificação dos movimentos sindicais. Com a ascensão desses movimentos, aumentaram as greves e reivindicações contra a postura liberal do governo e em busca de uma legislação trabalhista e maior envolvimento do Estado nas questões sociais. Dessa maneira, o Estado respondeu com o fim da postura liberal e a formação da legislação trabalhista, mas ressalta-se que essa decisão não se deveu a adoção de uma visão paternalista, mas sim por conta das ameaças ao plano econômico e político do governo por parte dos trabalhadores. (SILVA; COSTA, 2016)

Já conforme expõe Aragão (2013), as primeiras medidas concretas de proteção social no Brasil só começam a surgir entre o fim do século XIX e o início do século XX, período marcado pela transição de uma economia agroexportadora e comandada pelas oligarquias rurais para um modelo econômico gerado pela revolução burguesa e pautado na industrialização. O principal marco da história previdenciária no Brasil é a Lei Eloy Chaves

(Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923), que criou as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs). Silva e Costa (2016) acrescentam que antes de tal lei as primeiras iniciativas de caráter assistencial em relação à proteção social estavam vinculadas à religião, realizadas por instituições como as Santas Casas de Misericórdia, as quais não contavam com a participação de nenhuma entidade pública.

As Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), como discorre Boschetti (2006, apud ARAGÃO, 2013), foram criadas pelo Estado, que regulamentou o percentual de contribuição e os benefícios, mas tinham natureza privada visto que era responsabilidade dos empregadores e trabalhadores arcar com as contribuições de suas Caixas. Silva e Costa (2016) corroboram com essa discussão ao afirmarem que a organização das CAPs demonstra como o sistema previdenciário brasileiro se alicerçou sob as bases de um modelo privatista, autônomo ao poder público e reforçador do caráter liberal do Estado.

Outra questão importante ressaltada por Aragão (2013) era o caráter seletivo do acesso às CAPs, apenas os trabalhadores que possuíam profissão regulamentada e carteira de trabalho assinada poderiam ter acesso a tais direitos. A autora também frisa que as ações de saúde e assistência se aglutinaram aos benefícios previdenciários, visto que apenas os trabalhadores que contribuía para a previdência social tinham acesso aos serviços dessas instâncias. Essa conexão acabou dificultando uma definição mais precisa do sistema previdenciário e instaurando desigualdades no mesmo.

Já entre os anos 1931 e 1945, o qual os autores Silva e Costa (2016) trazem com o nome de Período Contencionista, pode-se falar em uma fase de contenção de despesas, visto que anteriormente com a criação das CAPs houve uma significativa expansão de gastos dado o aumento do número de beneficiários. Em 1933 surgem então os IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões por meio da aglutinação das CAPs, esses institutos se organizavam conforme as categorias profissionais. Nesse período é importante perceber a burocracia instalada pelo governo de Vargas e gradativamente os benefícios previdenciários parecem decrescer, visto que o Estado aparenta se preocupar mais com os protetores da previdência do que com os protegidos pela mesma.

[...] o sistema de proteção social que teve início em 1930, no Brasil, baseado na mediação entre o capital e o trabalho, configurou-se como uma política voltada para os trabalhadores urbanos e uma resistência por parte do governo às coalizações políticas e ao aumento de gastos sociais. (BENEVIDES, 2011 apud SILVA; COSTA, 2016, p. 164)

Os IAPs, como coloca Aragão (2013), se diferenciavam das CAPs pela emergência da concepção de previdência social pública, pois o Estado que os criava e se

responsabilizava-se pelo seu financiamento, dessa forma os institutos tinham natureza pública e financiamento tripartite (Estado, empresas e trabalhadores).

É importante considerar que não foi apenas no governo de Vargas, ao contrário do que era concebido na época, que o Estado passou a ser sensível às questões sociais, esse mérito pertence às lutas de classes que advém desde o “pré-1923”. Na verdade, o Estado abriu espaço para as classes sociais, mas não as inseriu na participação ativa e sim sob um autoritarismo e um governo detentor dos poderes centrais. O sistema de capitalização, adotado com os IAPs, persistiu até 1960 quando entrou em crise, após anos de arrecadações advindas dos impostos pagos por consumidores e por investimentos revertidos no desenvolvimento industrial do país ao invés de se tornarem fundos para as instituições previdenciárias. (SILVA; COSTA, 2016)

O período seguinte ao governo de Vargas, entre os anos de 1946 e 1963, como discutem os autores supracitados, foi marcado pela redemocratização do país e uma alta elevação das despesas com aposentadorias. Um outro aspecto importante dessa fase é o debate sobre os rumos a serem tomados pela previdência: Seguro Social, pautado no modelo bismarckiano, ou Seguridade Social, pautada nas ideias do Plano Beveridge. Já no período seguinte, em plena Ditadura Militar, os IAPs foram unificados e através do decreto de 72, de 21 de novembro de 1966, institui-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), garantindo dessa maneira um maior controle do Estado sobre a previdência. (SILVA; COSTA, 2016)

Outros acontecimentos marcantes desse período, foram: expansão da previdência para outras categorias profissionais, como por exemplo as empregadas domésticas; em 1963 foi criado o FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, a fim de incluir esses trabalhadores no sistema previdenciário e em 1974 criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Como ressaltam os autores citados anteriormente, as ações sociais ocorridas nessa época são tidas como forma de domínio da sociedade por parte do Estado. Ainda nesse período, principalmente a partir de 1980, a crise do sistema previdenciário agravou-se gradativamente com a ampliação dos benefícios, o crescimento da dívida com bancos e o desvio de recursos para os setores de desenvolvimento e industrialização.

Aragão (2013) discorre que, com a Constituição Federal de 1988 e as leis subsequentes 8.212/91 e 8.213/91 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS), o Sistema de Seguridade Social será implantado no país, seguindo a concepção da Organização Internacional do Trabalho. Esse sistema passou a envolver a asseguaração dos direitos

relacionados à saúde, previdência e assistência social. Segundo Silva e Costa (2016), esse marco é um reflexo da democratização pela qual o país passava no momento.

Posteriormente a Seguridade Social enfrenta algumas reformas, ainda de acordo com a discussão desses autores, o Estado unificou o INPS e o IAPAS e através da lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, criando assim o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ainda no mesmo ano o Ministério do Trabalho e da Previdência Social também foram criados. Os governos subsequentes, Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram marcados pelas tentativas de reformas, devido ao desequilíbrio constante entre despesas e receitas e à incapacidade do país em bancar os avanços previstos no país. Vale ressaltar que no governo de FHC, precisamente no ano de 1998, instaurou-se uma reforma – Emenda Constitucional nº 20, permitindo elaboração de leis que pudessem modificar aspectos da Previdência. Já no governo de Luís Inácio Lula da Silva empreenderam-se duas reformas: Emenda nº 41 (2003) e Emenda nº 47 (2005), que dizem respeito a unificação do regime para o âmbito público e privado, definição de um teto e modificações em relação aos servidores públicos.

3.4 Reforma da Previdência

Aragão (2013), ao tratar sobre as contrarreformas da Previdência, discorre que a mesma é a política pública que mais sofre com negação de direitos, as reformas empreendidas se afastaram da ideia de ampliação do campo de proteção social, ao contrário disso provocou:

[...] sérios problemas para o servidor público, dificultou o acesso de outras categorias de trabalhadores ao sistema de proteção previdenciário, extinguiu a aposentadoria por tempo de serviço, criou o fator previdenciário; e estimulou ainda o crescimento da previdência privada ao impor um teto de contribuição aos Regimes Geral (RGPS) e Próprio da Previdência Social (RPPS). (ARAGÃO, 2013, p. 8)

Conforme cartilha criada pela Previdência Social no ano de 2016 – nomeada como “Reforma da Previdência: Garantia dos benefícios no futuro”, é necessário realizar modificações no presente para garantir o futuro previdenciário. A principal justificativa se dá por conta do envelhecimento populacional e a aproximação da distribuição demográfica brasileira com a de países europeus. Os principais objetivos almejados com a reforma são de garantir sustentabilidade ao sistema previdenciário e equiparar os regimes dos trabalhadores privados e os servidores públicos.

A Previdência Social no Brasil possui três regimes atualmente: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime de Previdência Complementar. O primeiro rege os trabalhadores do setor privado, estando sob

controle da Receita Federal Brasileira e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O RPPS refere-se aos servidores titulares de órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Um dos estabelecimentos do RGPS é o direito à aposentadoria por idade para os trabalhadores que comprovarem no mínimo 180 meses de trabalho e idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres; para o segurado especial a idade mínima é reduzida em cinco anos de contribuição. Há também a aposentadoria por tempo de contribuição, cabível aos profissionais que comprovarem 35 anos de contribuição (para homens) e 30 anos (para mulheres). (ATAIDES; SANTOS, 2017)

Com a crise mundial de 2008, os déficits relativos a diversos setores da sociedade começaram a comparecer no país, os gastos previdenciários – que cabem ser citados aqui – crescem quase 5% acima da inflação todos os anos. É nesse contexto, no ano de 2016, que “surge a PEC 241, agora denominada de PEC 55, que propõe o equilíbrio das contas públicas mediante o controle do ritmo do aumento de despesas”, tal proposta congela por 20 anos as despesas governamentais (ATAIDES; SANTOS, 2017, p. 6). É com o surgimento dessa PEC que se começa a discutir sua eficácia somente se esta for implantada em conjunto com a Reforma da Previdência, visto que a mesma influencia radicalmente no investimento em políticas sociais e em medidas de desenvolvimento.

A proposta da Reforma da Previdência, lançada no governo de Michel Temer, e influenciada pelos inúmeros acontecimentos advindos do governo de Lula e Dilma Rousseff, lança mão de mudanças, como novas regras de idade, de tempo, de contribuição e igualdade de direitos a todos os brasileiros.

Além de definir a idade mínima para aposentadoria de 65 anos de idade com mínimo de 25 anos de contribuição, os novos critérios para a aposentadoria são: a) Aposentadoria por idade urbana: 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, com 15 anos de contribuição; b) Aposentadoria por idade rural: 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, com 15 anos de contribuição ou de atividade rural para os segurados especiais; c) Aposentadoria por tempo de contribuição: 35 anos de contribuição para homens e 30 anos de contribuição para mulheres. (ATAIDES; SANTOS, 2017, p. 8)

Os trâmites relativos à Reforma da Previdência estão parados devido a uma série de fatores próprios do atual contexto brasileiro, mas vale ressaltar que mesmo diante desse clima de incerteza principalmente no que se refere aos resultados das eleições, a proposta de reformar a previdência é quase inevitável. O atual presidente, Michel Temer, já se pronunciou e demonstrou pretender retomar esse processo com o fim das eleições de 2018, como afirma o Portal de Notícias R7. Cabe à população brasileira esperar por novas movimentações, mas sem deixar de se engajar nas lutas sociais em busca da asseguridade dos seus direitos.

3.5 Aposentar ou continuar no mundo do trabalho?

A criação da aposentadoria, como aponta Debert (2012), remete-se às transformações elencadas pelo desenvolvimento capitalista e estabelece uma indissociabilidade entre o fim do trabalho assalariado e o envelhecer. Ao pensar na sociedade contemporânea, que sob afirmativa de Linhares et. al (2015) atribui à atividade laboral um lugar de centralidade, busca-se compreender como a aposentadoria, e conseqüentemente a velhice, são pensadas e tratadas no âmbito social, visto que ambas implicam na perda do que se considera como dignificador do homem: o trabalho.

Debert (2012), ao falar sobre as novas concepções acerca do envelhecimento e da aposentadoria, aponta que se constrói:

[...] uma nova linguagem em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposentados: a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer. (DEBERT, 2012, p. 61)

Entretanto, pode-se pensar em como os trabalhadores que estão em processo de aposentadoria atualmente conseguem subjetivar a ideia desse momento, visto que esses sujeitos estão imersos nesse período de transformações de concepções, no qual a velhice e a aposentadoria estão continuamente sendo reinventadas.

Bressan et. al (2012), comenta que a ruptura ocasionada pela aposentadoria – por representar uma cisão com o lugar ocupado pelo trabalho na vida do sujeito – pode representar um rompimento do sujeito consigo mesmo, através da perda da sua identidade; e também com o social, visto que o convívio com os pares no trabalho é cessado. Reconhecendo que os indivíduos estão em um processo contínuo de constituição a partir das relações com seus pares, a aposentadoria pode representar (conforme for experienciada) uma estagnação, a retirada aos aposentos, como define a etimologia da palavra.

Contrário a esse modo de conceber a aposentadoria, Linhares et. al (2015, p. 265) expõe que

[...] nem todas as pessoas respondem dessa forma, a aposentadoria pode configurar-se com chegada do descanso, a oportunidade para usufruir do ócio, do investimento em uma nova carreira, de dedicar o tempo livre à família ou ao lazer e cuidar da saúde.

É diante dessa diversidade de modos de viver a aposentadoria que França et. al (2013, p. 551) reconhecem a aposentadoria como “[...] um fenômeno complexo multideterminado e dinâmico” e também como um processo, que difere de um momento

pontual na dinâmica psicossocial das pessoas. Os autores discutem acerca de preditores que acarretam a decisão de aposentar-se ou continuar trabalhando, estes podem envolver desde questões familiares até aos sentidos relacionados ao trabalho.

Além dos preditores, os autores supracitados também trazem em sua discussão alguns aspectos que consideram importantes na decisão implicada com a aposentadoria, dentre eles estão: 1) a idade em que a decisão de aposentar-se faz sentido, visto que o envelhecimento difere de pessoa para pessoa, acarretando dessa maneira na impossibilidade de estabelecer uma idade ideal para parar de trabalhar; 2) os regimes de trabalho no pós-aposentadoria – na sociedade atual percebe-se cada vez mais a inserção de pessoas aposentadas em regimes de trabalho diferenciados que respondem às suas necessidades; 3) a complexidade do processo da aposentadoria – como dito antes, esse processo envolve muitas questões relativas ao futuro, de abdições de rotinas e planejamentos partindo do momento presente.

Ainda tratando sobre possíveis preditores que influenciam a decisão de aposentar-se ou continuar trabalhando, Linhares et. al (2005) discute como a relação estabelecida com o trabalho pode influenciar na forma de conceber a aposentadoria. Dessa maneira, as pessoas que estabelecem relações mais rígidas com seu trabalho, inexplorando outras áreas da vida, acabam vivenciando a aposentadoria com maior sofrimento. O trabalho ocupa então lugar de constituição da identidade dos sujeitos, garante a sobrevivência, promove a realização de si e a relação com os pares – ou seja, acarreta diversos aspectos essenciais na vida dos seres humanos.

Pensando através da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, tomada como base teórico-metodológica, que adota a ideia de concepção do homem “[...] como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material [...]” (BOCK, 2007, p. 17), corrobora-se com as hipóteses levantadas na pesquisa no que se refere à importância atribuída ao trabalho, considerando-o como fator de constituição dos indivíduos como seres sociais. O trabalho, pode-se dizer, permite a afirmação dos trabalhadores enquanto modificadores da sua realidade e da sua própria identidade. Daí a complexidade em romper com algo que lhes é tão caro.

Apropriando-se da ideia trazida por Linhares et. al (2015) de que a fase da pré-aposentadoria é de suma importância para o planejamento do processo a ser enfrentando, que a presente pesquisa se justifica: na perspectiva de que algo pode ser feito – principalmente através de intervenções psicológicas – e que contribuirá para o enfrentamento saudável do processo de aposentadoria, resguardando o bem estar físico e psicológico dos trabalhadores. É

nesse movimento que a Psicologia tem a possibilidade de tomar para si a investigação de tal tema, visto que tem como uns de seus princípios a responsabilidade social, a promoção da atenuação do desamparo e sofrimento humano e a capacidade de transformação da realidade em que os sujeitos estão inseridos, gerando saúde e qualidade de vida.

4 TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Básica é o primeiro nível de ensino escolar e compreende três etapas: educação infantil (crianças de 0 a 5 anos), ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano). As etapas diferem entre si de acordo com o objetivo de cada uma e a forma de organização das mesmas é marcada pela diversidade, como discutem Oliveira e Pereira Júnior (2016).

Oliveira e Pereira Júnior (2016) retratam que há um atravessamento do trabalho docente pelas condições de trabalho que lhes são impostas. Por serem figuras centrais no processo educativo, todas as reformas educacionais têm implicações no trabalho dessa categoria e também no próprio processo de aprendizagem. Os autores discutem como é complexo pensar em planejar tais reformas no contexto educacional – muitas destas são feitas sem a participação dos docentes – pois mesmo incluindo as entidades representativas ainda assim não haverá uma escuta direta da categoria, que é marcada pelas diversidades e peculiaridades.

Um das alternativas expostas pelos autores supracitados, que vêm sendo mais presentes a partir das reformas que iniciaram no final do século XX, é a realização de pesquisas acerca das condições de trabalho dos professores. Aspectos como a necessidade de formação continuada para possibilitar uma melhor resolução de tarefas do trabalho, bem como as insatisfações e as motivações relacionadas à docência, são investigadas nessas pesquisas. Um exemplo pertinente desses estudos é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através da base de dados Talis (Teaching and Learning International Survey), na qual o Brasil está inserido. (OLIVEIRA; PEREIRA JÚNIOR, 2016)

Um questionamento importante sobre esses processos investigativos é de até que ponto eles buscam apenas contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a Educação (e conseqüentemente afetam o trabalho docente). Os mesmos podem estar sendo utilizados como mais uma forma de controle do trabalho dos professores e dos resultados escolares, servindo então à Educação como bem de consumo imersa na lógica capitalista.

Oliveira (2017) traz em sua pesquisa acerca da intensificação do trabalho na educação básica paulista, algumas contribuições sobre a forma como a escola foi penetrada pelas relações capitalistas. A autora relata que a partir do tripé instaurado na Educação em 1950: salários, jornadas e contratos, a precarização do trabalho docente tornou-se uma questão

crucial na vida desses trabalhadores. Esse processo resultou em um outro tripé: empobrecimento, intensificação do trabalho e instabilidade.

Costa e Oliveira (2011) discorrem sobre as condições de trabalho dos professores diante das reformas educacionais vivenciadas no país nos últimos anos e como estas têm trazido consequências importantes para a categoria. Os autores afirmam que as políticas educacionais tiveram como principal objetivo a busca da equidade social, o que implicou na universalização do acesso ao ensino fundamental e mais recentemente ao ensino médio e à educação infantil. Buscava-se então com essas reformas “[...] a promoção da justiça social pela diminuição das desigualdades sociais.” (COSTA; OLIVEIRA, 2011, p. 728)

Oliveira e Pereira Júnior (2016) trazem em sua discussão alguns aspectos que caracterizam o cotidiano escolar dos professores da educação básica, e conseqüentemente influenciam o seu trabalho: formação para inserção na carreira, controle das atividades realizadas (métodos, modos de educar), desenvolvimento de atividades com colegas de trabalho, percepção das condições da sala de aula (ambiente favorável), percepção da infraestrutura da escola e a satisfação profissional dos docentes.

Tais aspectos refletem como a realidade educacional brasileira incide significativamente no trabalho docente na Educação Básica. É inviável discutir o trabalho da categoria sem investigar os aspectos históricos, sociais, econômicos e subjetivos implicados na mesma.

A conjuntura neoliberal instaurada no Brasil a partir de 1990, como discute Oliveira (2017), aprofundou questões relativas à precarização do trabalho docente. A ampliação do número de vagas na Educação Básica fez aumentar o quantitativo de alunos por sala, comprometendo as condições laborais; a cultura de avaliação do desempenho desses trabalhadores com foco numa “qualidade total” e na meritocracia, a perda de direitos e estabilidade, a violência nas escolas – esses são apenas alguns fatores que permeiam o trabalho docente e o precarizam gradualmente com o passar do tempo.

Durante muito tempo havia uma ideia romantizada do que era ser professor, que acarretava a dimensão subjetiva da precarização do trabalho docente, esses trabalhadores – assim como a sociedade em geral – possuíam uma ideia totalmente distante da realidade. Entretanto acaba ficando o questionamento se essa romantização ainda existe atualmente. Dejours (2012) discorre sobre o real do trabalho, retratando-o como um hiato irreduzível entre a realidade e as prescrições e que se apresenta ao sujeito justamente diante de frustrações como as citadas anteriormente. O trabalhador experimenta o fracasso, o sentimento de impotência, raiva ou desamparo, ou seja, sempre é atravessado afetivamente. Entretanto o

autor afirma que esse sofrimento provocado no trabalhador também é um ponto de partida para que ele utilize sua inteligência e encontre meios de agir sobre o mundo.

4.1 Escolas de Aplicação

O pontapé inicial para a origem das Escolas de Aplicação, ou Colégios de Aplicação, está relacionado ao Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, que estabeleceu a criação dos Ginásios de Aplicação nas Faculdades de Filosofia do Brasil. A proposta era de que os licenciandos pudessem observar, participar e reger aulas na Escola de Aplicação. Sendo assim, esses alunos poderiam aplicar as teorias pedagógicas advindas do saber adquirido na Faculdade. (BRASIL, 2003)

Tal instituição desenvolvia-se conforme modelos de outros países e refletia o anseio nacional em renovar-se pedagogicamente. O cenário da época, metade do século XX e fim da Segunda Guerra Mundial, difundia os ideais liberais-democratas, trazendo para o âmbito da Escola de Aplicação uma maior preocupação com o social e a integração do ensino, nesse contexto era possível visualizar uma educação que considerava o ingresso de seus alunos na Universidade. (BRASIL, 2003)

As Escolas de Aplicação trazem consigo a especificidade de estarem em estreito vínculo com a Universidade e é importante ressaltar que tal herança advinda de suas origens ainda se mantém firme. Dessa forma, essa instituição desenvolve-se aos moldes do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o que acaba diferenciando de escolas comuns, valorizando aspectos inovadores para o conhecimento ao nível do ensino básico.

Caracterizadas como escolas-laboratório, as Escolas de Aplicação se constituem campo de experimentação e pesquisa na área de ensino-aprendizagem, estimulando a melhoria de ensino, na medida em que o trabalho, que aí se desenvolve, implica fertilização pedagógica interna e externa, em função das relações de troca que se estabelecem, necessariamente, com a comunidade educacional próxima (BRASIL, 2003, p. 12)

Outra característica marcante das Escolas de Aplicação que interessa bastante a essa pesquisa é a diferenciação dos docentes das mesmas em relação à sua contínua formação. As Escolas de Aplicação têm em sua dinâmica o envolvimento de professores e alunos-mestres (estagiários) o que favorece o enriquecimento das práticas pedagógicas, a constante movimentação da construção intelectual, bem como a possibilidade de conhecer novas dificuldades e alternativas de solucioná-las. A partir desse contexto singular das Escolas de Aplicação, é possível pensar que o trabalho docente nesse âmbito é enriquecido de características que o diferenciam do trabalho em outras escolas. (BRASIL, 2003)

4.2 Plano de carreira

Conforme esclarece a Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, em seu Artigo 1º, parágrafo 3, que regulamenta a carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os níveis que compõem o plano de carreira dos docentes pesquisados funcionam conforme o quadro a seguir (BRASIL, 2013):

Quadro 1 – Níveis do plano de carreira de professores do EBTT.

CARGO	CLASSE	NÍVEL
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
	D III	4
		3
		2
		1
	D II	2
		1
	D I	2
		1

Fonte: Brasil (2013)

E para o cargo isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

Quadro 2 – Níveis do plano de carreira para o cargo isolado de professor titular-livre do EBTT.

CARGO	NÍVEL
Professor Titular-Livre	Único

Fonte: Brasil (2013)

Segundo Brito e Caldas (2016), a história da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está vinculada diretamente ao contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que teve como início a criação de 19 escolas de aprendizes e artífices (que anos mais tarde foram nomeadas de Escolas Técnicas Federais) pelo presidente da República, Nilo Peçanha, em 1909.

Com a Lei Nº 6.545 de junho de 1978, algumas dessas Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), que se caracterizavam por sua autonomia, a qual atendia às demandas por formações de profissionais que corresponderem ao desenvolvimento econômico vivenciado no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Um ponto interessante para a presente

pesquisa é que os colégios universitários (COLUN's) também estavam vinculados a essa Rede. Em 2008 algumas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se unificaram e passaram a formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). “Com a criação dos IFs, as UNED's, muitas EAF's e alguns COLUN's passaram a categoria de Câmpus e suas estruturas acadêmicas transformaram-se sendo criadas as pró-reitorias e uma reitoria para cada instituto federal criado.” (BRITO; CALDAS, 2016, p. 88)

Diante dessa expansão dos IFs, os campi deveriam ofertar cursos superiores em licenciaturas plenas e/ou tecnologia, o que gerou consequências.

Isso acarretou uma demanda de contratações de profissionais do magistério e administrativos que gerou problemas, como a criação da nova carreira do magistério do EBTT, tendo em vista que a existente não supriria tais necessidades, pois teriam de contratar novos professores de ensino médio técnico para ministrar aulas nos cursos profissionalizantes, ou seja, professores de 1º e 2º graus e também outros professores da carreira de magistério superior para ministrar aulas em nível de graduação para os cursos licenciaturas, tecnólogos e pós-graduações *lato e stricto sensu*. (BRITO; CALDAS, 2016, p. 88)

Ainda de acordo com a discussão dos autores supracitados, a solução para essa problemática foi transformar a carreira de magistério de 1º e 2º graus em um professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que estaria apto a ministrar aulas na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e no Ensino Superior (Licenciaturas e Tecnólogos). Uma questão importante em relação a essa reorganização se deve ao momento vivido por esses docentes, que tiveram que migrar do plano de carreira do magistério de 1º e 2º graus por conta da ameaça do mesmo ser extinto.

Outros questionamentos importantes acerca do trabalho docente do EBTT giram em torno da ausência de uma formação específica para a categoria, como discutem Brito e Caldas (2016). Além disso, em alguns COLUN's também há outro agravante: por estarem vinculados às Universidades, esses colégios acabam inserindo professores do ensino profissional (magistério do EBTT) no quadro funcional do nível superior. Tais problemáticas acabam comprometendo a identidade profissional da categoria.

Há uma importante discussão entre os docentes do Magistério do EBTT, pois alguns são favoráveis à ideia de luta pela unificação da carreira com o Magistério Superior já que os professores do EBTT são aptos a ministrar aulas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (a nível superior), o que acarretaria na mesma carga horária e divisão do regime de trabalho do ensino superior. Contraposto a essa ideia, existem alguns ganhos conquistados pela categoria após a realização da greve de 2012 que não foram alcançados pelo Magistério Superior, como por exemplo o Reconhecimento de Saberes e Competências. Essas

contraposições, segundo Brito e Caldas (2016), acabam afetando a busca pela unificação dos magistérios e estendendo as discussões.

Os aspectos relacionados à carreira específica adotada pelos Colégios de Aplicação, favorecem a presente pesquisa no sentido de recortar as peculiaridades vividas pela categoria dos docentes pesquisados. Ao tomar ciência das características próprias dos mesmos é possível investigar o quanto as mesmas fazem parte da constituição do trabalho de professores do Ensino Básico das Escolas de Aplicação, o que é de suma importância para a pesquisa.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de uma Escola de Aplicação.

5.2 Objetivos específicos

- a) Investigar o sentido do trabalho e da aposentadoria para docentes de uma Escola de Aplicação;
- b) Identificar os aspectos relacionados à escolha em permanecer no mundo do trabalho por parte dos docentes de uma Escola de Aplicação;
- c) Identificar as vivências de prazer e sofrimento diante da proximidade de afastamento do trabalho para docentes de uma Escola de Aplicação.

6 METODOLOGIA

6.1 Método

A realização da pesquisa apropria-se da Psicodinâmica do Trabalho como abordagem teórica, que tem como base:

[...] o estudo das relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação para mediar contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento (MENDES, 2007, p. 30).

Através da mesma foi possível realizar a revisão de literatura necessária para a pesquisa, englobando desde assuntos gerais até os mais específicos relacionados à aposentadoria.

Traçou-se um diálogo com a abordagem sócio histórica, visto que é imprescindível pensar os sujeitos como seres sociais. Como afirma Freitas (2002), a sócio histórica, partindo dos princípios do materialismo histórico-dialético, percebe a historicidade dos sujeitos, sendo estes marcados pela cultura, e considera-os como atravessados e atravessadores de sua realidade social. A intersecção com a abordagem sócio histórica permitiu uma melhor orientação em relação à pesquisa de campo, utilizando sua metodologia para descrição e compreensão do fenômeno estudado.

Em relação à natureza da pesquisa, escolheu-se a qualitativa, visto que empreende uma investigação de questões mais específicas, relacionando-se a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, fatores estes que estão ligados a fenômenos multideterminados e genuinamente próprios da subjetividade humana, como bem discute Minayo (2010).

6.2 Campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Aplicação do município de São Luís – Maranhão. A escolha desse campo de pesquisa deveu-se à acessibilidade a essa instituição, bem como a sua vinculação à universidade na qual a pesquisadora está em processo de graduação. Além disso, o campo escolhido traz em si especificidades em relação à categoria docente estudada, o que enriquece o processo de pesquisa.

6.3 Amostra

A pesquisa teve um número de 4 participantes, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. A idade dos participantes variou entre 49 e 67 anos, sendo a média de idade 59 anos. Em relação à formação dos docentes, dois são da área da Educação Física e os

outros dois são formados em História e Terapia Ocupacional. Já sobre a titulação dos participantes, todos os quatro possuem mestrado.

Inicialmente pretendia-se alcançar o número de oito participantes, que compreendia o total de docentes da Escola de Aplicação pesquisada que possuem direito adquirido para a aposentadoria no momento, entretanto apenas quatro professores participaram, alguns devido a recusas e outros por conta de falhas no contato com os mesmos.

Utilizou-se como critérios de inclusão que o participante ainda estivesse trabalhando como docente da referida Escola de Aplicação, apesar de já ter adquirido o direito à aposentadoria. Quanto aos critérios de exclusão, considerou-se os docentes já aposentados ou que ainda não recebem o abono permanência.

6.4 Instrumentos e materiais

Os instrumentos e materiais utilizados na pesquisa foram:

- a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): conforme os parâmetros da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/ Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CNS/CONEP);
- b) Roteiro de entrevista semiestruturado;
- c) Gravador de voz.

6.5 Procedimentos

O ponto de partida para o presente estudo foi a entrega do projeto de pesquisa para a Coordenação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, sendo assim submetido à análise e parecer dos docentes. Estabeleceu-se inicialmente um contato com o coordenador de projetos da Escola de Aplicação pesquisada, a fim de informar sobre a pretensão de realizar a pesquisa. Realizou-se a submissão na Plataforma Brasil, para a aprovação do Comitê de Ética.

O levantamento dos nomes dos professores com direito adquirido para a aposentadoria foi realizado junto à Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade à qual a Escola de Aplicação está vinculada. Foi disponibilizada uma lista com o nome dos docentes que exercem a docência no momento e recebem abono permanência. O direcionamento para os professores ocorreu por intermédio do coordenador de projetos da escola.

Após contato com os possíveis participantes foram marcadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade de horário e local dos docentes que aceitaram participar da pesquisa. Antes do início de cada entrevista foi explicado como a mesma seria realizada, além

de explicar de maneira geral a pesquisa que estava sendo realizada. Explicou-se a participação livre e não obrigatória na mesma, colheu-se as assinaturas dos participantes para os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido após a leitura e esclarecimento de dúvidas a respeito deste, e entregou-se uma cópia do referido Termo aos participantes. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente. Deu-se início então à análise dos dados coletados e finalização do texto monográfico.

Vale ressaltar que todo o procedimento da pesquisa se pautou no Código de Ética do Psicólogo e na Resolução nº 510/2016 do CNS/CONESP, prezando pelo sigilo e anonimato dos participantes.

6.6 Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados através da pesquisa foi utilizada a Análise Crítica do Discurso (ACD) teorizada por Fairclough, que considera o discurso como uma prática social modificadora da realidade. Através desse atravessamento pelo social, há um favorecimento da investigação de práticas sociais como práticas ideológicas, atravessadas em suas condições materiais sócio históricas de manifestação da subjetividade. (FAIRCLOUGH, 2008)

Para a Análise do Discurso, é necessário entender o discurso como algo que vai além da fala, da língua e de outras ferramentas, é necessário observar todo o contexto no qual esse discurso se desenvolve. Fairclough (2008) afirma também que o discurso é influenciado pelas ideologias presentes nesse contexto, que por sua vez são responsáveis pela construção da realidade, bem como por repor e transformar as relações de dominação.

A escolha por esse referencial de análise dos dados foi extremamente coerente com as teorias propostas como bases metodológicas da pesquisa, visto que considera os sujeitos em sua totalidade, envolvendo questões sociais, culturais, econômicas e etc. Dessa forma, reconhecer o discurso como prática social corrobora com a visão de homem proposta pela abordagem Sócio-histórica e também pela Psicodinâmica do Trabalho.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como consta nos procedimentos da pesquisa, as entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas para que se desse o processo de análise dos dados coletados. A partir dessas transcrições foi possível estruturar as informações obtidas em categorias que compareceram simultaneamente nas quatro entrevistas realizadas. Vale ressaltar que tal organização se deu em consonância com os objetivos propostos pelo presente estudo: a) Investigar o sentido do trabalho e da aposentadoria para os docentes entrevistados, b) Identificar os aspectos relacionados a escolha em permanecer no trabalho e c) Identificar as vivências de prazer e sofrimento diante da possibilidade de afastamento da atividade laboral. Dessa maneira, tais objetivos culminam em analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade dos docentes pesquisados.

A análise dos dados coletados com as entrevistas - a partir da organização dos mesmos em categorias - se deu através da evidência de algumas falas e a discussão desses recortes a partir das teorias adotadas como referencial pela pesquisa. É importante reconhecer que os pontos discutidos nessas análises não desconsideram o contexto das falas dos docentes, além de empreender cuidado em não atribuir erroneamente interpretações acerca desses discursos.

Cabe ressaltar que as entrevistas realizadas proporcionaram dados bastante significativos para a pesquisa, corroborando com as reflexões propostas e exemplificando na prática as teorias acerca do trabalho e da aposentadoria, além de evidenciar aspectos peculiares do trabalho docente.

7.1 Perfil dos entrevistados

A pesquisa contou com a participação de quatro entrevistados, com idades entre 49 e 67 anos, com média de 59 anos, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Inicialmente, com o levantamento de dados acerca dos possíveis participantes, foram constatados que oito docentes se encaixavam nos critérios para participantes da pesquisa, entretanto apenas quatro participaram devido à recusa de dois e à indisponibilidade de tempo dos outros dois.

A seguir serão detalhadas algumas informações acerca de cada participante. Vale ressaltar que os nomes adotados para cada entrevistado são fictícios a fim de preservar a identidade dos mesmos.

Docente 1 – João: 60 anos, sexo masculino.

Docente 2 – Rosa: 49 anos, sexo feminino.

Docente 3 – Tereza: 67 anos, sexo feminino.

Docente 4 – Carlos: 60 anos, sexo masculino.

7.2 “O trabalho significa tudo pra mim”: visões acerca do trabalho

A fala que intitula o presente tópico é de autoria da entrevistada Tereza, de 67 anos, e surgiu a partir da pergunta “*O que o trabalho significa pra você?*”. A compreensão sobre o sentido do trabalho, como discutem Bitencourt et. al (2011) parte do entendimento do que é o trabalho para os indivíduos e conseqüentemente da percepção do quanto ele é central na vida dessas pessoas. A participante citada acima expõe claramente como o trabalho ocupa um lugar central na sua vida.

Bitencourt et. al (2011) discorrem acerca da relativização da centralidade do trabalho, ou seja, o lugar destinado à atividade laboral na vida das pessoas é influenciado diretamente por outros aspectos de suas vidas. De acordo com o que comparece em sua entrevista, Tereza (67 anos) recorreu ao trabalho devido às necessidades financeiras, mas gradativamente trabalhar se tornou algo além de uma tarefa de subsistência: “*Como eu tinha casado muito cedo, fui estudar e com os meus filhos pequenos, então era a forma de conseguir um emprego mais rápido, pra poder ajudar meu marido e manter meus filhos.*” (Tereza, 67 anos)

Ainda sobre a relatividade da centralidade do trabalho, o discurso de um outro docente entrevistado marca uma possível mudança nesse aspecto. Carlos (60 anos) relatou em sua entrevista alguns eventos que ocasionaram reestruturações na sua relação com o trabalho, anos atrás ele foi afastado do trabalho por questões de saúde, e ao retornar - apesar de passar pelo processo de readaptação – relata bastante sofrimento, perpassado pela ausência de um lugar no coletivo de trabalho ao qual pertencia.

Olha, hoje significa muito, é um objetivo que eu consegui na vida, era um sonho que eu tinha ser professor de educação física e automaticamente ser professor do Colégio Universitário. Hoje, eu não posso dizer o mesmo do Colun, porque o que já passou foi muito gratificante pra mim. (Carlos, 60 anos)

Uma questão importante que comparece no decorrer da entrevista desse professor, e está bem explícita no recorte anterior, são as contradições encontradas em suas falas. Inicialmente, Carlos (60 anos) afirma que o trabalho significa muito para ele, mas depois relata que não pode dizer o mesmo nos dias atuais, remetendo-se ao passado que afirma ter sido muito significativo.

Por sua vez, Rosa (49 anos) atribui uma grande importância ao trabalho em sua vida: “*Pra mim é uma realização pessoal, o trabalho, ele dá vida pra gente, a gente se sente*

útil, fazendo alguma coisa pelo outro, colaborando pro desenvolvimento.” (Rosa, 49 anos)

Dejours (2012, p. 34) afirma que *“Trabalhar não é apenas produzir, mas ainda transformar-se a si próprio”*, dessa maneira, o trabalho permite à subjetividade provar-se a si. Rosa (49 anos) expõe claramente o quanto se constituiu através do trabalho e o quanto o mesmo lhe foi doador de sentidos e significados. Bitencourt et. al (2011) afirmam que além de participar da constituição da identidade pessoal e social do indivíduo, o trabalho contribui na doação de sentido à vida.

A constituição do trabalho enquanto categoria central na vida dos indivíduos não ocorre por si só. Inerente a essa pesquisa há a consideração de que a sociedade capitalista afirma um ideal de valorização do trabalho e da produtividade, mas pode-se considerar também algo além disso: a trajetória de vida desses sujeitos. Freire (1993, p.79-80) discute sobre a importância desse aspecto na trajetória profissional dos indivíduos:

Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre a nossa trajetória profissional, o centro exclusivo das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida. Com sua alegria ou com seu mal-estar na passagem dos dias e dos anos.

A maioria dos participantes trouxe em suas falas questões importantes acerca da escolha pela docência, e como isso se deu em conjunto com sonhos pessoais e identificações com esse tipo de trabalho. João (60 anos) conta como começou sua história com a área da Educação Física: *“[...] eu comecei como aluno do Liceu Maranhense, era atleta na época, fazia parte da turma da grade esportiva e tomei gosto pela Educação Física.”*. Ao falar sobre isso relata com fervor o quanto essa escolha foi permeada pela afetividade, visto que ser atleta marcou sua história de vida, permanecendo na sua história profissional.

Carlos (60 anos), também professor de Educação Física, expõe também o quanto foi marcado pela Educação Física, mas por vias diferentes das que João (60 anos) teve acesso. Carlos estudou em escolas que não lhe proporcionaram um contato direto com a Educação Física, dessa forma ele afirma: *“[...] sempre tive curiosidade pelo esporte. ”. Foi através da ausência da oportunidade de ser atleta que ele impulsionou sua curiosidade e fez da Educação Física sua escolha profissional.*

Rosa (49 anos) traz em seu relato que começou a trabalhar, mesmo que voluntariamente, no âmbito educacional. Aos dezesseis anos participava de ações sociais, trabalhou com menores infratores e reconhece que sempre teve aproximação com o papel de educadora: *“Então a minha trajetória sempre foi com aluno, que foi dando aula para a*

Educação Infantil, depois Fundamental, já dei no Ensino Médio, Pós-médio, aqui no Colun eu trabalho com Ensino Técnico, no curso de Enfermagem e dou aula” (Rosa, 49 anos)

Percebe-se então que apesar das contradições envolvidas, as quais a Psicodinâmica reconhece enquanto próprias do trabalhar, os entrevistados expõem o quanto o trabalho possui importância em suas vidas, corroborando então com a discussão empreendida pela pesquisa acerca da centralidade do trabalho.

7.3 “O meu trabalho me satisfaz!”: vivências de prazer e sofrimento no trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho foca seu estudo e intervenção nas relações dinâmicas presentes na organização do trabalho e no envolvimento de processos subjetivos dos trabalhadores, as manifestações de tais aspectos se dão através das vivências de prazer e sofrimento e nas estratégias utilizadas pelos sujeitos (MENDES, 2007). Concordando com tal afirmativa, buscou-se investigar com a pesquisa tais vivências prazerosas e de sofrimento dos docentes entrevistados, que acabam de diversas maneiras influenciando na escolha de aposentar-se ou não.

O entrevistado João (60 anos) responde à indagação “*Discuta sobre os desafios e as satisfações vividas no seu trabalho.*” da seguinte forma:

*[...] eu acho que **educar é um desafio** [...] Educar e mostrar uma qualidade, e repassar aos alunos uma qualidade, eu acho que pro professor é um desafio. Quer dizer, eu acho que sempre tem que tá se **qualificando** pra poder estar transmitindo aos alunos as inovações tecnológicas, o desenvolvimento de cada disciplina do que está acontecendo. Eu acho que a educação é um processo de evolução o tempo todo. Sempre estar procurando evoluir.* (João, 60 anos, grifo nosso)

Concordando com João (60 anos), a professora Rosa (49 anos) ressalta a importância da contínua formação dos professores: “[...] *dar aula é uma coisa muito prazerosa também, porque é um trabalho formativo, ao mesmo tempo que você também é formado, porque você tem que tá o tempo todo estudando, você também tá contribuindo pra formação humana, então isso é sempre muito bom*”. Para a professora, o trabalho docente vai além da transmissão de saberes teóricos, mas sim compreende também a formação de outras pessoas como humanos em sua totalidade.

Acerca das vivências de sofrimento no trabalho, compareceram falas acerca do relacionamento com os outros professores, ressaltando uma provável fragilidade enfrentada pelo coletivo de trabalho no momento atual:

“Tá aí uma certeza absoluta, o quadro de professores pra trás era muito mais unido que o nosso atual [...] nosso quadro é excelente, mas eu sinto saudade do quadro anterior, pela união que nós tínhamos. Alguns já se foram, outros estão aí doentes, infelizmente.” (João, 60 anos)

“Desde que comecei a minha formação de educador, sempre tive um bom relacionamento, aqui eu adquiri muitos conhecimentos e fiz muitas amizades, principalmente na época em que fui coordenador, só que depois que conclui a gestão não tive tantas”.
(Carlos, 60 anos)

Rosa (49 anos) ao contar sobre o seu trabalho de inclusão dos alunos com deficiência na escola relata dificuldades em trabalhar em conjunto com os outros professores: *“O trabalho com os professores eu acho que é o mais desafiador, os alunos eu não acho tanto, mas com os outros professores ... por causa da **formação docente**, é uma formação muitas vezes heterônoma, onde a gente só consegue produzir aquilo que aprendeu [...]”*
(Rosa, 49 anos, grifo nosso).

É importante ressaltar a questão que comparece acerca da formação docente, os professores entrevistados apresentavam (mesmo que indiretamente) um certo distanciamento do coletivo de trabalho que agora é composto majoritariamente por docentes mais jovens. Além da possibilidade de pensar em um conflito entre gerações, questiona-se a possibilidade de um choque entre as formações dos professores que já estão em via de aposentadoria e os que começaram a carreira agora, que carregam entre si inúmeras diferenças.

Marinho-Araújo (2014) discorre sobre as mudanças das exigências acerca do trabalho docente, criticando a intensa exigência de melhores qualificações que acabaram gerando repercussões subjetivas nos trabalhadores da área. Em conjunto com tais exigências, as precariedades no contexto das escolas são cada vez mais presentes, por isso se fala em precarização do trabalho docente. Os entrevistados trazem um pouco disso em alguns momentos das suas entrevistas:

“Agora assim, as vezes é angustiante, porque tem vários entraves, dificuldades que estão postas na nossa realidade atual, numa escola de aplicação, escola pública, tem todas as suas contradições.” (Rosa, 49 anos)

“E tem dificuldade de qualificar seu quadro docente, fazer boas escolas, recurso tem pra isso, você vai no interior você vê escola caindo aos pedaços. Eu conheço porque fui várias vezes dar curso no interior pra professores, de rede municipal principalmente, e é uma tristeza quando você entrava numa escola.” (João, 60 anos)

“[...] é angustiante porque a gente tá trabalhando com inclusão mas dentro de uma escola excludente, uma sociedade que é excludente. [...]. Então é lógico que são muitos os desafios e isso requer transformações profundas [...]” (Rosa, 49 anos)

Além das condições adversas de trabalho, os professores também encaram dificuldades no relacionamento com os alunos e familiares, visto que a sociedade – e conseqüentemente as relações entre as pessoas – mudaram significativamente nos últimos

anos. Nas falas a seguir da professora Tereza (67 anos) comparecem bastante essas questões:

“Eu gosto de trabalhar nessa faixa etária (6º ano) porque os alunos ainda respeitam, os alunos são mais verdadeiros. Aluno de nono ano já dá trabalho, aluno de ensino médio esse mesmo que não tá nem aí pra professor.”

“Eu sinto muita falta daquela simplicidade dos alunos de antes. Daquele companheirismo da família.” “Hoje a gente tem que ser mais retraído, e saber até como fala e como olha pros alunos”

Diante de tais relatos, que caminham entre experiências positivas e negativas, de prazer e sofrimento, pode-se remontar ao que Mendes (2007) afirma conforme a teoria da Psicodinâmica do Trabalho: o sofrimento é marcado por características contraditórias, pois o mesmo pode simultaneamente assumir o papel de mobilizador da saúde e como impulso para a obtenção da produtividade. Confirmando tal proposição teórica, a entrevistada Rosa (49 anos) fala que:

Então tem esses entraves, essas contradições como eu falei, mas são elas que nos movimentam. [...]. É um trabalho que às vezes é angustiante porque a gente todo tempo tem que repensar, não tem uma fórmula, é uma luta. Ao mesmo tempo que é angustiante é também desafiador, por isso que eu gosto.

A compreensão da existência da dinâmica “prazer/sofrimento” inerente ao trabalho e a sua constatação na prática através dos dados advindos da pesquisa de campo, permite reafirmar o engajamento da subjetividade na ação do trabalhar, visto que os sujeitos através de suas mobilizações modificam a realidade do seu trabalho por meio da transformação do sofrimento.

As vivências de prazer e sofrimento não estão desvinculadas do processo de aposentadoria. Os trabalhadores, diante da iminência da possibilidade de afastamento do mundo do trabalho, criam seus modos de enfrentamento a partir do engajamento de suas subjetividades com a atividade laboral, podendo experimentar momentos de ansiedade e dúvidas. Não se pode esquecer também que todo esse processo diante da proximidade da aposentadoria é marcado pelas relações estabelecidas com o trabalho ao longo de suas trajetórias profissionais.

7.4 “O quê que eu vou fazer quando me aposentar?”: dilemas diante da proximidade de afastamento do trabalho

A fala presente no título do presente tópico não faz parte apenas do vocabulário da professora Rosa (49 anos), mas sim permeia os questionamentos dos trabalhadores que são colocados diante da iminência da aposentadoria. Tal discurso corrobora com a discussão elencada por Selig e

Valore (2010) acerca da consideração do trabalho como organizador da vida e da identidade dos indivíduos. As autoras também ressaltam o quanto a sociedade contemporânea, permeada pela lógica capitalista, aproxima a identidade pessoal da identidade profissional. Dessa maneira, a possibilidade de afastamento do mundo laboral ocasionada pela aposentadoria pode significar um esvaziamento da vida desses sujeitos e a ocupação de um lugar de inutilidade.

“*Eu me sinto bem, me sinto útil ainda na sala de aula.*” (Tereza, 67 anos). A entrevistada relata com clareza o quanto trabalhar significa para ela uma forma de manter-se útil. Tal fala corrobora com a postura da professora Tereza em relação à aposentadoria, que afirma com veemência que não pretende agora e nem tem um planejamento de quando irá se aposentar:

[...] Era setenta anos, eu disse que ia trabalhar até com setenta, mas o ministro lá, o Supremo, elevou até setenta e cinco, aí eu digo agora eu trabalho até setenta e cinco (risos). Eu acho que ainda tenho que contribuir, quando eu achar que eu não tenho mais força, mais condição de trabalhar aí ... eu ainda não pensei em me aposentar, meus filhos me cobram muito, eu não posso, eu não quero ainda me aposentar. (Tereza, 67 anos, grifo nosso)

A professora relata que apesar de já possuir o direito à aposentadoria não pretende se aposentar agora, em um outro momento relata que já participou do Programa de Preparação para a Aposentadoria da universidade a qual a escola em que trabalha está vinculada, mas afirma: “[...] *já até larguei de fazer, eu não penso em me aposentar vou largar de gastar meu tempo pra fazer.*” (Tereza, 67 anos). Outro aspecto importante está na responsabilização por essa escolha, inicialmente ela afirma de forma irônica que só vai parar quando tiver que ser submetida à aposentadoria compulsória, mas posteriormente assume que não pode e não quer se aposentar, contrariando até mesmo o pedido dos filhos.

João (60 anos) demonstra claramente o quanto atribui à aposentadoria uma ideia de perdas e cessação da vida ativa, ele afirma que através do trabalho: “[...] *você tem como manter, principalmente a sua mente, em atividade, você quando deixa de fazer alguma atividade automaticamente você vai parar. Em movimentos, em pensamentos, em ideias, em tentar inovar.*”

Jogaib e Muniz (2015, p. 48) discutem como o: “[...] lugar importante que a vida profissional pode ocupar na vida de uma pessoa e como o desligamento dessa realidade pode levar a uma desvalorização social ou a uma perda da identidade.”. Coerente à essa afirmação, a entrevistada Rosa (49 anos) verbaliza que:

[...] eu tenho pensado muito nisso, porque quando a gente para ... eu passei uma vida toda dando aula, a gente só sabe fazer isso: dar aula. Então você acaba ali ... até mesmo a nossa formação te dirige só pra aquilo, então acaba que quando você se aposenta você vai fazer o quê? Só sabe fazer isso.

Posteriormente, a participante ressalta a importância de uma preparação para a aposentadoria, reconhecendo então esse processo como mobilizador de reestruturações na vida das pessoas:

Porque eu acho que a gente tem que se planejar pra esse momento, como eu falei, eles só sabem fazer aquilo, se de repente não tiver o quê que tu vai fazer agora? E eu acho que a questão de você ter um ideal, um objetivo de vida, após esse período, é importante participar de grupo, se engajar em alguma coisa que possa te manter ainda ativa. (Rosa, 49 anos)

A professora ainda expõe o que tem como planejamento para sua aposentadoria, reconhecendo que irá dispor de um maior tempo livre, podendo aproveitá-lo para a realização de atividades que antes não podia fazer devido à ocupação do tempo com o trabalho:

Então aí você já tem um tempo livre, vamos dizer aqui, pra tu se dedicar a alguma coisa prazerosa. Alguma coisa que você não teve oportunidade de se dedicar na sua vida profissional porque não tinha tempo, tinha que estudar, tinha que fazer mestrado, tinha que fazer doutorado. (Rosa, 49 anos)

Apesar de não ter decidido ainda se irá continuar trabalhando ou se irá se aposentar, a professora Rosa (49 anos) demonstra que sua relação com o trabalho não é extremamente rígida ao ponto de recusar-se totalmente a aposentar-se. Quando questionada sobre o que pensa acerca de escolher se aposentar ela relata que: “*Eu avalio como sendo uma coisa legal, porque poxa já contribui, já dei minha parcela de contribuição nesse trabalho que eu desenvolvo, então eu quero que tenha continuidade dele e que outras pessoas venham pra dar continuidade nesse trabalho.*”

Entretanto, outros dois participantes demonstraram ideias totalmente opostas à decisão de se aposentar. É interessante pontuar que justamente esses entrevistados trouxeram em suas falas marcas de intensa doação de importância ao trabalho ao longo de suas trajetórias profissionais.

A seguir estão alguns recortes dos dois docentes que adiam a possibilidade de aposentadoria no momento:

“[...] tenho idade, tenho tempo, tudo pra me aposentar, mas eu não pretendo me aposentar, entendeu?” (João, 60 anos)

“Enquanto eu tiver força eu tô dando aula.” (João, 60 anos)

“[...] eu tenho tempo de me aposentar, tenho idade de me aposentar, mas não penso ainda.” (Tereza, 67 anos)

Entretanto, por detrás dessa escolha em continuar trabalhando existem inúmeras influências, e uma que compareceu nas falas dos dois participantes citados acima é o medo do adoecimento provocado pelo afastamento do trabalho. Um dos participantes chega até a citar um exemplo que aconteceu no seu coletivo de trabalho que acabou reforçando a ideia dele não

optar por se aposentar.

“Eu não quero me aposentar e adoecer também. Eu quero me aposentar ainda com qualidade de vida” (Tereza, 67 anos)

“[...] eu tenho alguns exemplos de alguns colegas que se aposentaram, e os exemplos que a gente tem não é nada bom, infelizmente. Porque você vem num ritmo e de repente você para aquele ritmo.” (João, 60 anos)

“[...] ela foi diretora daqui, tá muito mal no hospital. Pois é. Por isso que eu tenho medo de me aposentar.” (João, 60 anos)

Já o professor Carlos (60 anos) traz algumas questões específicas da sua situação, visto que ele já passou por uma experiência anterior de afastamento do trabalho devido ao adoecimento, e também pelo fato de sua readaptação ter apresentado falhas segundo o seu ponto de vista. Carlos expõe o seu interesse em se aposentar, principalmente após o falecimento do ex-diretor da escola que havia contribuído muito no seu retorno à escola e às atividades.

Na época desse diretor eu falei que ficaria até uns 2 ou 3 anos a mais, enquanto ele estivesse por aqui, porque eu gostava dele, me sentia bem. Ele sempre fez com que o profissional se sentisse gente na instituição. Ele faleceu, aí eu disse que ficaria só um ano, mas acho que não vou ficar mais não. (Carlos, 60 anos)

Diante de tais análises acerca das visões sobre a aposentadoria apresentadas pelos participantes, é possível afirmar que as discussões teóricas acerca desse processo que julgam a aposentadoria como um processo complexo e multideterminado corroboram com os resultados da presente pesquisa. Fatores econômicos, culturais, sociais e principalmente os que dizem respeito à relação dos indivíduos com o seu trabalho influenciam diretamente no modo como se encara a escolha de continuar trabalhando ou aposentar-se. Para encerrar, vale considerar a fala da professora Rosa (49 anos) sobre a aposentadoria, que corrobora com tal prerrogativa: *“[...] é uma coisa que é de cada um. Cada um tem sua própria perspectiva.”*

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de uma Escola de Aplicação. Para alcançar tal demanda tomou-se como base os artifícios da pesquisa qualitativa, realizou-se então entrevistas com professores de uma Escola de Aplicação do município de São Luís a fim de analisar os dados coletados com as mesmas a partir do viés teórico da Psicodinâmica do Trabalho, apropriando-se também de contribuições da Abordagem Sócio-Histórica e da Análise Crítica do Discurso.

Foi possível a partir da investigação de aspectos como o que o trabalho significa para cada um dos entrevistados e o resgate de suas trajetórias profissionais, bem como de suas vivências de prazer e sofrimento relacionadas ao trabalho, compreender como se constrói a visão acerca da aposentadoria e as repercussões ocasionadas pela mesma na subjetividade desses trabalhadores.

As entrevistas realizadas corroboraram com a discussão proposta pela pesquisa acerca da centralidade ocupada pelo trabalho na sociedade contemporânea e a respeito da vinculação de imagens relacionadas à improdutividade, inutilidade e perda do sentido da vida aos indivíduos que não trabalham. A concepção de aposentadoria, apesar das mudanças que estão sendo empreendidas atualmente, ainda é permeada por esses sentidos e significados negativos. Dessa maneira, percebeu-se nos discursos da maioria dos docentes, falas que demarcam ansiedade e medo das reestruturações que a aposentadoria pode causar nas suas vidas.

Dentre os quatro participantes, apenas uma professora demonstra já estar refletindo acerca das possibilidades dispostas com a aposentadoria e expõe o interesse em se preparar para tal fase da sua vida, apesar de não afirmar já ter escolhido afastar-se do trabalho. Já outro participante demonstra maior interesse em se aposentar no momento, não impulsionado por um planejamento, mas sim por questões que lhe causaram sofrimento no ambiente laboral, sendo a maior parte delas advindas do seu processo de readaptação no trabalho após um período de afastamento por adoecimento. Os outros dois docentes recusam com firmeza a possibilidade de se aposentar no momento e demonstram relações bem rígidas com o trabalho durante o seu percurso profissional.

Um aspecto importante constatado com a pesquisa foi como o relato da história profissional dos entrevistados se entrelaça à história da constituição da Escola de Aplicação pesquisada. Três dos quatro professores entrevistados participaram efetivamente do início da história da escola e enfrentaram várias dificuldades relativas à não formalização dos vínculos

empregatícios, às mudanças do espaço físico ocupado pela escola - que antes se localizava em uma comunidade considerada violenta na cidade e só depois passou a ocupar um lugar no campus da universidade a qual está vinculada - e às próprias dificuldades da época em relação aos investimentos em educação e formação de professores.

Percebeu-se então como a realização das entrevistas proporcionou a esses docentes um espaço de fala e escuta de questões que lhes são valiosas e que precisam ser compartilhadas. Apesar de não se tratar de um momento formal de intervenção, foi notável o quanto essa oportunidade de falar sobre esse tema mexeu com os entrevistados no sentido de refletir e elaborar ideias acerca do trabalho deles e conseqüentemente sobre a aposentadoria como uma escolha a ser analisada.

Partindo dessa constatação é válido ressaltar a importância dos Programas de Preparação para a Aposentadoria nas organizações como possibilidade de espaços de fala e escuta acerca do sofrimento vivenciado pelos trabalhadores em relação à sua atividade laboral, como propõe a Psicodinâmica do Trabalho. Pois é através da ressignificação do lugar ocupado pelo trabalho na vida das pessoas que se pode pensar no enfrentamento saudável do processo de aposentadoria.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a preparação para a aposentadoria pode ser discutida desde o início da trajetória profissional, não necessariamente adentrando questões específicas desse processo, mas impulsionando as pessoas a repensarem as relações que estabelecem com o seu trabalho. A partir do momento em que se preza por uma relação saudável com seu trabalho sem desconsiderar a importância das outras áreas da vida que são doadoras de sentido à existência humana, contribui-se efetivamente para a diminuição do adoecimento diante do enfrentamento do processo de aposentadoria. Entretanto, vale ressaltar que tal relação também é influenciada pelos aspectos provenientes da organização do trabalho, que por muitas vezes são mobilizadores de adoecimento e sofrimento.

Diante do percurso empreendido pela pesquisa e dos dados coletados com a mesma, é possível afirmar que tal investigação pode servir como contribuição teórica da Psicologia do Trabalho à área da aposentadoria, precisamente falando por meio do viés da Psicodinâmica do Trabalho. Esse empreendimento faz parte do que se espera como conquista alcançada pela pesquisa, contribuir teoricamente para que sejam elencadas outras pesquisas acerca da temática e conseqüentemente seja dada mais atenção à importância de espaços de acolhimento profissional aos trabalhadores em vias de se aposentar.

Fazer acontecer a presente pesquisa não se tratou apenas de alcances burocráticos relativos à obtenção da formação em Psicologia, mas sim da possibilidade de contribuir

através da pesquisa acadêmica na ressignificação do sofrimento enfrentado por diversos trabalhadores quando confrontados com a possibilidade de afastar-se do mundo do trabalho. O interesse é de considerar a possibilidade de levar as construções teóricas proporcionadas pela pesquisa para espaços de intervenção, e isso vai muito além de programas específicos para a aposentadoria, mas também na disseminação através da educação para o trabalho, provocando um repensar acerca da relação com a atividade laboral.

REFERÊNCIAS

- ANTLOGA, C. S. et.al. O significado da aposentadoria para pessoas aposentadas de um órgão público. **Revista Trabalho (En) Cena**, v. 2, n. 1. 2017.
- ARAGÃO, M. R. S. Previdência Social no Brasil: trajetória e atualidades. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2013.
- ATAIDES, C. M.; SANTOS, M. S. A Reforma Previdenciária: uma análise do saldo deficitário do regime geral de previdência social e sua relação com as mudanças demográficas do Brasil. **Revista de autoria, governança e contabilidade**, v. 5, n. 19. 2017. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/996>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BARROS, M. M. L. Apresentação. In: _____. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BITENCOURT, B.M. et.al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n.31. 2011.
- BOCK, A. M. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Repensando as Escolas de Aplicação. **Cadernos Educação Básica**, 2003. 5 v. (Série Institucional).
- BRASIL. **Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013**. Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nos 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei no 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm>. Acesso em: 11 out. 2018.
- BRESSAN, M. A. L. C. et. al. Trabalho *versus* aposentadoria: desvendando sentidos e significados. **Revista brasileira de economia doméstica**, n. 1, v. 23. 2012.
- BRITO, D. S.; CALDAS, F. S. A evolução da carreira de magistério de ensino básico, técnico e tecnológico (ebtt) nos institutos federais. **Revista brasileira da educação profissional tecnológica**, v. 1, n. 10. 2016.
- BUENO, S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

CAMARANO, A.M. Introdução. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. (Orgs.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

COSTA, G. L. M; OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no ensino médio no Brasil - doi: 10.5007/2175-795X.2011v29n2p727. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 727-750, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n2p727/22228>>. Acesso em: 08 maio 2018.

DEBERT, G.G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M.M.L. (Org.). **Velhice ou Terceira Idade?** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEBERT, G.G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. 1. ed. São Paulo: FAPESP, 2012.

DEJOURS, C. Addendum – Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011.

DEJOURS, C. **Trabalho e emancipação**. Tradução de Franck Soudant. Brasília: Editora Paralelo, 2012.

FACAS, E. P.; SILVA, L. M.; ARAÚJO, M. A. S. Trabalhar. . In: VIEIRA, F de O.; A. M., MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 461-465.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

FRANCA, L. H. F. P. et al. Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 548-563. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300004&script=sci_abstract>. Acesso em: 03 mar. 2018.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2018.

GERNET, I. Psicodinâmica do Reconhecimento. In: MENDES, Ana. Magnólia. (Org.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 61-76.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015**. Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

- JOGAIB, M. L. M. L.; MUNIZ, H. P. Aposentadoria e trabalho docente: momento de despedidas ou reencontros com o trabalho? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 18, n. 1. 2015.
- LIMA, S.C.C. Reconhecimento no Trabalho. In: VIEIRA, F de O.; A. M., MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 351-355.
- LINHARES, José Juvena. et al. Construção do currículo por competências para o internato em obstetrícia e ginecologia do curso de medicina da Universidade Federal do Ceará (Campus de Sobral). **Sao Paulo Med. J.** 2015, v.133, n.3, p. 264-270, abr. 2015.
- MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia Escolar**: construção e consolidação da identidade profissional. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2014.
- MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: _____. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MENDES, A. M.; DUARTE, F. S. Mobilização subjetiva. In: VIEIRA, F de O.; A. M., MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 259-262.
- MENDES, A. M.; MULLER, T.C. Prazer no Trabalho. In: VIEIRA, F de O.; A. M., MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 461-465.
- MIRANDA, G. M. D; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232016000300507&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MORAES, R. D. Sofrimento criativo e patogênico. In: VIEIRA, F de O.; A. M., MENDES; A. R. C. MERLO (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 415-420.
- MORAES, E. N.; MORAES, F. L. LIMA, S. P. P. Características Biológicas e Psicológicas do Envelhecimento. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 67-73. 2010.
- MOREIRA, K. J. O. Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudos de caso com professores universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, p. 541-550, out./ dez. 2011.
- NERI, A. L. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: COSENZA, E. M.; FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L. F. (Orgs.). **Neuropsicologia do Desenvolvimento**: uma abordagem multidimensional. Porto Alegre, Artmed, 2013.
- OLIVEIRA, J. A. A terceira idade e a condição humana. Na terceira pessoa: Estudos e ensaios monográficos sobre velhice e envelhecimento. **Memorialidades**, Ilhéus, v. 2, n. 3-4, p. 15-24. 2005.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. História, memórias e cenário atual da intensificação do trabalho docente na educação básica paulista: apontamentos de pesquisa. **História**, São Paulo, v. 36, n. 9. Ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000009>>. Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar. **Estudos em avaliação educacional**, v. 27, n. 66. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4093>>. Acesso em: maio 2018.

ORNELLAS, T. C. F.; MONTEIRO, M. I. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 552-555. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2018.

RIBEIRO, C. V. dos; S. LEDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas e Psicologia- UERJ**, RJ, v. 4, n. 2. 2004.

ROESLER, Vera Regina. **Posso me aposentar de verdade. E agora?:** Contradições e ambiguidades vividas no processo de aposentadoria. Curitiba: Alteridade, 2014.

ROESLER, Vera Regina. Quando o trabalho é essencial, a aposentadoria parece impossível: o caso de docentes universitários franceses. In: ANPED SUL, 10., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis. 2014.

SELIG, G. A.; VALORE, L. A. Imagens da aposentadoria no discurso de pré-aposentados: subsídios para a orientação profissional. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1. 2010.

SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T. A formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3. 2016.

TALLMANN, A. E. C. et.al. Envelhecimento e bem-estar psicológico: uma revisão integrativa. **Revista Ciência Cuidado e Saúde**, v. 12, n. 3. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/15949>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). **Envelhecimento no século XXI:** celebração e desafio. 2012. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

VIEIRA, M. G.; PINTO, S. R. Visões e significados do trabalho: um olhar histórico. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2. 2008.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

Av.dos Portugueses, s/n, Bacanga, Campus I, São Luís- MA
Fone: (98) 3272-8316

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, da pesquisa “Aposentadoria e trabalho docente: um estudo sobre a subjetividade de professores de uma Escola de Aplicação com direito adquirido para a aposentadoria”. A mesma será desenvolvida pela pesquisadora Luiza Mariana de Sousa, graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as repercussões do processo de aposentadoria na subjetividade de docentes de uma Escola de Aplicação. A mesma será realizada com docentes que recebem abono permanência vinculados à instituição. A relevância do estudo deve-se ao reconhecimento da aposentadoria como processo desencadeador de diversas vivências subjetivas, e considera a categoria docente em suas especificidades. Será realizada uma entrevista em local e horário adequados.

Sua participação na pesquisa acarreta riscos mínimos, contudo a pesquisadora se responsabiliza em acolhê-lo (a) e indicar suporte se necessário. Caso o (a) Sr. (a) desista de participar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (A) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, protegendo sua identidade sob sigilo.

A pesquisadora se coloca à sua disposição para esclarecimento de dúvidas em qualquer etapa da pesquisa. Você poderá entrar em contato com a mesma pelo número (98)996187899. Caso necessite esclarecer questões éticas poderá se direcionar ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA, localizado a Avenida dos Portugueses s/n, Campus

Universitário do Bacanga, Prédio do CEB Velho PPPG, Bloco C, Sala 07, São Luís – MA.
Disponibilizo o telefone deste: (98) 3272-8708.

Agradecemos sua colaboração.

São Luís - MA, ____ de _____ de 2018.

Pesquisadora – Luiza Mariana de Sousa

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos, relevância, forma de participação, riscos e procedimentos desta pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da mesma e autorizo que os dados obtidos neste estudo sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

- 1- Dados socioeconômicos (idade, gênero, formação, titulação, tempo de atuação no Colun).
- 2- Discorra sobre sua trajetória profissional e a escolha pela docência.
- 3- O que o trabalho significa para você?
- 4- Fale sobre o seu trabalho. Considere as tarefas realizadas, as relações com os pares (alunos, funcionários, estagiários), entre outros aspectos envolvidos.
- 5- Discuta sobre os desafios e as satisfações vividas no seu trabalho.
- 6- Diante do direito adquirido para aposentadoria e da possibilidade de se afastar do ambiente laboral, você já analisou como esse processo pode implicar na sua dinâmica de vida?
- 7- Como você avalia a possibilidade de aposentar-se? (Caso não apareça na resposta anterior)